



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX – Nº 109 – SÁBADO, 23 DE JULHO DE 2005 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp	 LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDERES DO PDT (vago) LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe VICE-LÍDER DO PSB (Vago) LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT	 VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 15 José Agripino VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	 Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

CONGRESSO NACIONAL

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

TERMO DE REGISTRO DA FRENTE PARLAMENTAR *POR UM BRASIL SEM ARMAS*

Em cumprimento ao disposto no Ato da Mesa do Congresso Nacional de 21 de julho de 2005 (publicado no *Diário Oficial da União de 22 de julho de 2005*), e estando conforme a documentação que me foi encaminhada, resolvo conceder registro à FRENTE PARLAMENTAR *POR UM BRASIL SEM ARMAS*.

Congresso Nacional, em 22 de julho de 2005.

Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ
1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

TERMO DE REGISTRO DA FRENTE PARLAMENTAR *PELO DIREITO DA LEGÍTIMA DEFESA*

Em cumprimento ao disposto no Ato da Mesa do Congresso Nacional de 21 de julho de 2005 (publicado no *Diário Oficial da União de 22 de julho de 2005*), e estando conforme a documentação que me foi encaminhada, resolvo conceder registro à FRENTE PARLAMENTAR *PELO DIREITO DA LEGÍTIMA DEFESA*.

Congresso Nacional, em 22 de julho de 2005.

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 117ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 22 DE JULHO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União (Autuação)

Nº 23, de 2005-CN (nº 977/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 959, de 2005 – TCU (Pleinário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria nas obras de macrodrenagem no Tabuleiro dos Martins, em Maceió/AL, vinculadas ao Programa de Trabalho 06.846.1027.10CZ.0002. (TC nº 004.324/2005-8). 25154

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR ALBERTO SILVA – Considerações sobre a proposta de criação de uma empresa brasileira de biocombustíveis destinada a desenvolver projetos de geração de energias alternativas ao petróleo. 25154

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Necessidade de adoção de medidas destinadas ao combate à corrupção. 25157

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários sobre os trabalhos da CPMI dos Correios. 25161

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Transcrição de matérias publicadas recentemente por jornais de circulação nacional sobre as denúncias de corrupção no atual governo. Informe sobre viagem realizada por S. Exª, ontem, a João Pessoa, Paraíba, de visita ao ex-Ministro Cícero Lucena. Indignação pela tentativa de intimidação de S. Exª com o envio, ao seu gabinete, de envelope contendo substância não identificada. 25163

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Análise dos reflexos na democracia brasileira das denúncias de corrupção e dos episódios de recebimento, por

parlamentares da oposição, de envelopes contendo pó branco. 25173

1.2.3 — Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro da matéria intitulada “Humberto Costa rejeita reeleição e defende mandato de cinco anos”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 13 de julho do corrente. 25173

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários a matérias publicadas na imprensa a respeito da crise política. 25175

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do artigo intitulado “De bombas e brumas”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 9 de julho do corrente. 25185

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro do artigo intitulado “Má notícia: Lula é menor do que a crise que o engolfa”, de autoria do colunista Josias de Souza, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 3 de julho do corrente. 25186

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 17, apresentadas ao Projeto de Lei nº 16, de 2005-CN. 25187

Nºs 1 a 16, apresentadas ao Projeto de Lei nº 17, de 2005-CN. 25205

Nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei nº 18, de 2005-CN. 25222

3 – TERMO DE REUNIÃO

Referente ao Veto Total nº 13, de 2005, apos- to ao Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2004 (nº 4.845/2005, na Câmara dos Deputados). 25225

4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 108, de 2005. 25225

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 3.091 a 3.106, de 2005. 25226

SENADO FEDERAL

- 6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 52ª LEGISLATURA
7 – SECRETARIA DE COMISSÕES
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

- 14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO
-

Ata da 117^a Sessão Não Deliberativa, em 22 de julho de 2005

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho.

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte aviso:

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Nº 23, de 2005-CN (nº 977/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 959, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria nas obras de macrodrenagem no Tabuleiro dos Martins, em Maceió/AL, vinculadas ao Programa de Trabalho 06.846.1027.10CZ.0002. (TC nº 004.324/2005-8).

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O expediente lido retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é claro que estamos vivendo um período de dificuldades, principalmente políticas.

O Brasil está ligado às antenas da TV Senado. Creio que a TV Senado tem mais ibope hoje e audiência do que a própria Globo. Claro, porque a população está interessada em saber, querem saber o que está acontecendo. E as Comissões estão aí apurando, e

temos certeza de que vão chegar a algum resultado, quem tiver culpa será punido. O Presidente já disse isso, já trocou os Ministros, tomou uma posição. Sempre falei: “Presidente, assuma o comando. Este País é muito grande. Não podemos deixar a população atônita, sem alguma ação.”

Sua Excelência parece que realmente fez isso. Já tirou aquele núcleo duro do Palácio, que impedia que se falasse com ele. Era complicado. O PMDB, por exemplo, que há dois anos apóia o Governo do Presidente Lula, não conseguia falar com Sua Excelência. Ali, no Palácio, era aquele pessoal, e todos sabem a quem estou me referindo.

Agora, o Presidente Lula colocou lá uma mulher séria, dinâmica. Naturalmente guardadas as proporções, a Ministra Dilma, hoje, na minha opinião e dos nossos companheiros aqui, representa uma espécie de Margaret Thatcher. Ela está ali para ajudar o Brasil. Ela diz coisas claras, simples. Ontem mesmo, ela determinou que aqueles quatorze mil DAS sejam substituídos por funcionários de carreira. Então, começa a pôr em ordem a casa administrativa do Brasil.

No momento em que o Presidente estava sozinho no meio de toda aquela encrenca, nós do PMDB – digo isso com certo orgulho –, os vinte Senadores e uns cinqüenta e poucos Deputados, assinamos esse documento que era em favor do Brasil. Não era em favor do que estava acontecendo, nem tampouco apoiando qualquer tipo de safadeza. De certa forma, conseguimos o equilíbrio. Por isso, ontem mesmo assistimos a mais novos Ministros nomeados, todos imbuídos da necessidade de trabalhar pelo País. O País não pode parar.

Fico feliz e satisfeito de ter entrado na primeira hora, com a consciência tranqüila de que não estamos apoiando exatamente esse mar de lama que está aí, que está sendo apurado, inclusive, por homens nossos que estão nas Comissões. Seguramente, o Relator da CPMI dos Correios é do PMDB.

Fiz esse preâmbulo, mas quero entrar num assunto que deve interessar a todos nós que fomos Governadores. Estou vendo o nosso ex-Governador Alvaro Dias, um grande Governador, e sei o que S. Ex^a fez no Paraná. Foi meu colega aqui. Acho que S. Ex^a era tão jovem, e continua jovem, na época em que fizemos o

PP, que se juntou com o MDB e fizemos o PMDB. E fomos buscar Tancredo em Belo Horizonte para que deixasse o Governo e fosse candidato à Presidência da República.

Então, tenho certeza de que os companheiros aqui presentes e os brasileiros que estão me ouvindo vão entender o que eu vou dizer: senhores, o petróleo está acabando. Anotem bem: o petróleo está acabando e o petróleo que existe ainda lá pela Arábia Saudita está sob o controle de uma grande potência. O exército americano está ali, naquela área. Não discutamos politicamente invasão de Iraque ou o quer que seja, mas, de qualquer forma, aquele petróleo todo daquela área – Arábia Saudita, Iraque, Irã, onde está o petróleo do mundo – está acabando também.

E o que vai ocorrer? Se não há mais petróleo e o mundo não vive sem energia... A energia é a mola do mundo, e a energia sob todas as formas, principalmente sob a forma de eletricidade, que tem que ser gerada e tem que haver combustível para gerar eletricidade para aquecer os países frios, para impulsionar a indústria, sem o que a humanidade não vai resistir.

Então, o que temos no Brasil? Temos sol, temos água e temos gente precisando trabalhar. Há dois dias, eu e o professor Bautista Vidal, um físico de renome internacional, homem extraordinário, que foi responsável pelo impulso do Proálcool à época em que ele trabalhou no Ministério da Indústria e Comércio, fizemos uma entrevista na TV Senado, que vai sair aí, e concluímos duas coisas importantes.

Primeiro, o biodiesel – naturalmente o primeiro caminho acompanhando o Proálcool –, a fonte de energia que o Brasil já vende ou fabrica, produz 14 bilhões de litros do Proálcool. Por que não vamos para os 20 ou 30 bilhões de litros de álcool? Podemos e devemos, porque o Japão precisa de energia, assim como a China, com mais de dois bilhões de habitantes e o desenvolvimento que tem. E quem tem energia, no mundo, hoje? Os países frios não podem ter. Eles usaram o petróleo, que está embaixo da terra.

A Petrobras é uma empresa mineradora, porque petróleo é mineral também. A Petrobras, apesar de ser hoje também uma companhia energética, é uma empresa mineradora. Propomos, então, a criação de uma empresa que vai gerar combustível, mas com características totalmente diferentes da Petrobras. Vamos criar uma empresa que parte da agricultura; do sol, esse presente que Deus deu ao mundo, mas muito mais ao Brasil.

Somos um País tropical numa região que tem água. Nós temos mais água do que o resto do mundo. Temos água, solo, sol e pessoas precisando tra-

balhar. Então, o que devemos fazer? Vamos criar uma companhia.

Meu caro Senador Alvaro Dias e meus companheiros aqui presentes, pensemos nisso. Vamos criar uma empresa maior do que a Petrobras. Ouçam bem: quando acabar o petróleo, a Petrobras não terá mais o que explorar daqui a 20 ou 30 anos. Assim, vamos criar uma empresa que pode gerar a energia de que o mundo precisa. E temos medo de que, se não ocuparmos o nosso território e produzirmos essa energia, eles venham aqui ocupá-lo, porque a fome de energia é tão grande que eles vão ter de vir aqui.

Vamos fazer um pequeno resumo: nossa empresa poderia chamar-se Empresa Brasileira de Biocombustível. A sigla seria até interessante: EBBC. BBC é a grande empresa de telecomunicações da Inglaterra. O que nós poderíamos produzir com essa nova empresa, cuja criação é urgente?

Meu caro Governador Alvaro Dias, sei que V. Ex^a está empenhado em apurar toda aquela lama. V. Ex^a é um dos Senadores que fala aquilo que é necessário dizer, nem mais nem menos, e é respeitado pelo que fala. Aquela Comissão tem seriedade, pelo fato de haver pessoas como V. Ex^a e outros companheiros. Então, vamos juntar um grupo aqui do Senado Federal – nós, ex-Governadores, Senadores, ex-Ministros – para levar ao Presidente a idéia desta empresa, que será maior do que a Petrobrás; anotem bem.

Querem ver um exemplo? Na Amazônia, considerando somente a área desmatada, se o Brasil realmente tomar a peito e fizer a empresa, serão 40 milhões de hectares de área de trópico úmido onde podemos plantar o dendê. O Brasil já tem toda a tecnologia do dendê, tem semente que pode produzir um pé de dendê em três anos, e um hectare de dendê dá oito mil litros de óleo!

Segundo Bautista Vidal, em um simpósio internacional, o Brasil propôs à Venezuela fazer uma multinacional entre o Brasil úmido da Amazônia e a Amazônia venezuelana. Seria uma grande multinacional, como Itaipu. Senhores que estão me ouvindo, sabem qual seria a produção? Seriam seis milhões de barris de combustível/dia.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite um aparte, Senador?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Isso é coisa demais! O Brasil tem quatro milhões de sem-terra.

Sr. Pedro Stédile, que está me ouvindo agora, reúna os seus sem-terra e vamos ocupar a Amazônia produzindo emprego, produzindo energia para o mundo, antes que eles venham cá e nos tomem. Vamos ocupar a Amazônia com gente nossa, produzindo petróleo ve-

getal, petróleo renovável, e apenas na Amazônia! Se nós plantarmos mamona no semi-árido, outros cinco, dez milhões de brasileiros podem ir para lá.

Podemos plantar o girassol. O girassol produz em dois meses. Imaginem, em dois meses, plantarmos milhares de hectares de girassol e ter petróleo, petróleo vegetal. Então, fazer a empresa é uma obrigação nossa como representantes do povo.

E quando a lama passar – e vai passar, se Deus quiser –, vamos juntar o que sobrar de bom do PT e dos outros partidos. Não vamos querer derrubar o Presidente e nem acabar com o PT. Há pessoas boas no PT, que trabalham conosco. Vamos fazer isso!

Senador Alvaro Dias, espero contar com o apoio de V. Ex^a. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Nobre Senador Alberto Silva, nada tenho a acrescentar ao seu discurso. Quero apenas cumprimentá-lo e aplaudi-lo, porque a sua característica que mais nos entusiasma é, exatamente, o pragmatismo, a objetividade. V. Ex^a só comparece a esta tribuna para propor e oferecer sugestões. É claro que ninguém melhor do que V. Ex^a para oferecer sugestões, pela experiência prática. Foi Governador brilhante, tem sido um político probó, intocável sob o ponto de vista da ética e tem autoridade moral e política para oferecer preciosas sugestões ao Governo. Pena que nem sempre o Governo o ouça. Se o ouvisse, muitos empregados estariam, certamente, trabalhando com salário e vida digna. No entanto, sempre resta a esperança de que um dia a sua voz cale fundo na alma dos que governam, e essas soluções simples, mas inteligentes, possam vir em benefício da população sofrida, sobretudo do seu Nordeste, mas, enfim, de todo o País, porque é o que mais almejamos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado, nobre Senador. Incorporo as suas estimuladoras palavras para chegarmos a esse objetivo. Tenho certeza de que, seguramente, chegaremos ao Governo. Depois de passar esse terremoto – os que estão lá apressarão isso –, com o apoio da Ministra Dilma Rousseff, chegaremos a criar a nossa empresa e veremos um Brasil mais justo, um Brasil sem os sem-terra invadindo ministérios, andando na rua daqui para ali, com a oportunidade de uma vida digna.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Alberto Silva, se o Presidente Lula estivesse ouvindo seus conselhos, talvez já tivesse gerado cinco milhões de empregos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Acho que sim.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Aquele seu plano inicial de recuperação das estradas, feito no início do nosso mandato...

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Isso.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – ...criava dois milhões de empregos. Recuperaria, praticamente, a rede rodoviária do Brasil, e estariam em melhores condições, economizando, não gastando tanto combustível, peças e dando esse prejuízo aos transportadores. V. Ex^a também sugere a ida dos sem-terra para a Amazônia. Nós, da Amazônia, estamos de braços abertos para recebê-los lá.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Com certeza.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Antes, porém, queremos que o Ibama e o Incra parem de atrapalhar o homem da Amazônia. Há três, quatro, cinco gerações em cima da sua terra, e o Incra não regulariza nem os 100 hectares do homem que está ali, à beira das estradas, à beira dos rios, trabalhando. Está até dificultando. Em Roraima, agora, estão querendo retirá-los. Há 25 anos, fizeram assentamentos e, até hoje, não regularizaram as terras. Muitos morreram de malária, muitos ficaram ser recursos, outros saíram, abandonaram o lote, e as pessoas, naturalmente, ocuparam aqueles lotes. Agora, estão querendo colocar as pessoas para fora, ao invés de fixar o homem na Amazônia. Por quê? Querem guardar isso tudo para entregar, no futuro, para os estrangeiros? Bom, agora, vão desarmar todo o Brasil. Não haverá uma arma para defender essa terra se houver alguma coisa. Os iraquianos estão resistindo porque têm armas; do contrário, já teriam capitulado. É lógico que não concordo em matar gente, mas também não concordo que invadam o país e queiram tomar as suas riquezas. Estão tomando o petróleo agora e no futuro vão querer tomar nossa floresta e a nossa água.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Com certeza.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – O Senador Mozarildo Cavalcanti vai dar o tempo que for necessário, porque V. Ex^a, quando fala, nós temos de ouvir e temos de dar o tempo que for preciso para V. Ex^a falar.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, dois minutos e eu encerro.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Ontem, V. Ex^a estava inscrito, mas, quando procurei por V. Ex^a para falar, V. Ex^a tinha se retirado.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Todo o tempo é tempo, e eu queria concluir simplesmente assim: concordo plenamente com a sua advertência sobre a Amazônia. Em primeiro lugar, que a ocupemos com todos os que já estão lá para compor esse exér-

cito novo de criação da riqueza brasileira, da energia brasileira e ocupar a nossa Amazônia para evitar que outros venham a fazê-lo. Também, no caso dos sem-terra, de que acabo de falar, eles vão se quiserem, porque podem ficar aqui. Só no Nordeste há muito mais de 20 milhões de hectares de sol e de água. Sim, existe água lá, há o rio Parnaíba e o rio São Francisco.

Encerro, Sr. Presidente, certo de que esta empresa que vamos criar, meus caros Senadores, terá, entre as suas funções, a de trabalhar com o Ibama de tal maneira que as coisas aconteçam e não fiquem na dependência de uma solução aqui e outra ali. Tenho fé e esperança no futuro do nosso País. Creio que, começando assim, chegaremos lá.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Alberto Silva, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, faço só uma pergunta: eu gostaria de saber como fica a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O senhor será o próximo a falar.

Pela inscrição, seriam Sibá Machado, Luiz Otávio e Mozarildo Cavalcanti, Heráclito Fortes, Alvaro Dias. V. Ex^a é o próximo orador. (Pausa.)

Senador, eu li o nome do Senador Luiz Otávio e confundi V. Ex^a com o Senador Luiz Otávio. V. Ex^a não está inscrito. Quer se inscrever?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a está inscrito na forma do art. 17. O Senador Alvaro Dias também.

V. Ex^a falará depois do Senador Alvaro Dias, se não chegar outro que esteja no art. 17.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Terei o maior prazer em ouvir o Senador Alvaro Dias, depois do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Por essa intromissão, peço desculpas ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu não poderia hoje deixar de abordar este assunto lamentavelmente momentoso, que é a corrupção generalizada no País.

Digo corrupção generalizada porque inúmeros órgãos, inúmeras instituições estão envolvidas, o que está chocando a opinião pública nacional, está chocando aqueles políticos que procuram fazer da política uma forma de agir de maneira séria em defesa da população, em defesa de seus Estados e que, portanto, ficam se perguntando como sair dessa e como evitar situação semelhante no futuro, porque tem havido escândalos sucessivos, escândalos que inclusive já levaram presidentes da República a suicídio, a renúncia, a **impeachment**.

Precisamos – V. Ex^a, Sr. Presidente, é médico, eu também tenho a honra de ser médico – buscar a cura desses males. O que menos gostamos de fazer em Medicina é aliviar apenas a dor do momento, remediar. Se a pessoa está com dor, e dou-lhe um analgésico, daqui a pouco, ela volta a sentir dor porque não cidei da causa daquela dor.

Temos de ver por que o Brasil está permanentemente sendo vítima de corrupção. Eu diria que estamos tendo um momento especial, que tem o lado ruim e o lado bom. Se não corrigirmos as falhas, se não punirmos os culpados será muito ruim; mas será bom se conseguirmos punir todos os que estiverem envolvidos não interessa se daqui do Legislativo, não interessa se do Poder Executivo, não interessa se do Poder Judiciário, não interessa se é um burocrata de carreira nas repartições, nada disso interessa.

A outra coisa é como evitar que esses useiros e vezeiros do aproveitamento do dinheiro público possam, daqui a pouco, quando a população tiver, digamos assim, pensado que a coisa passou, continuar agindo. Porque, não fossem essas gravações que apareceram na televisão, essas coisas teriam continuado a ocorrer, sem que ninguém percebesse todas essas coisas que estão sendo denunciadas.

Então, agora, perguntamos: o que fazer? Primeiro, é providencial que tenhamos três CPIs funcionando – aliás, duas CPMIs, porque são comissões parlamentares mistas de inquérito, compostas de Senadores e Deputados, e uma CPI exclusiva do Senado, que é a CPI dos Bingos, da qual eu tenho inclusive a honra de ser Vice-Presidente. Eu diria até que essas três CPIs, duas mistas e uma exclusiva, na verdade, são uma só. Porque o que elas todas estão buscando? Investigar, identificar e punir corruptos.

Agora, é lógico, Sr. Presidente, que se ficarmos só em uma ponta, quer dizer, na punição do corrupto, de quem se beneficiou da corrupção, e não brecarmos os corruptores, aqueles que provocam e utilizam a corrupção como meio de ganhar dinheiro, ou de ganhar **status**, não vamos realmente fazer a cura definitiva ou, pelo menos, fazer uma cura que tenha duração.

Entendo que temos dois pontos a seguir. Primeiro, uma reforma administrativa profunda. Não sei qual é o conteúdo dessa medida provisória que foi assinada ontem pelo Presidente Lula, sob inspiração da Ministra Dilma Rousseff, que cria critérios para preenchimento de cargos de confiança, os chamados cargos comissionados, dizendo que 70% deles devem ser preenchidos por funcionários de carreira e 30% apenas por funcionários que estranhos ao órgão. Eu não sei, mas, pelo menos, o princípio é bom. Já mostra que é preciso profissionalizar o serviço público, porque já é uma maneira de se pôr certo freio nisso. Não quero dizer com isso que eventualmente um bom técnico que esteja na iniciativa privada, um profissional liberal não possa colaborar com a administração pública numa função de confiança num cargo elevado. Não estou querendo dizer isso, não. Não estou querendo dizer também que quem passa num concurso, que seja um funcionário de carreira, não possa ser corrupto. Nós temos exemplos disso.

O importante é que, pelo menos, tenhamos um critério que não está ao sabor de vontades, sejam elas políticas ou até pior, que sejam interesses empresariais, corruptos, ou interesses financeiros que não têm a ver com a vontade do povo brasileiro.

Mas há outro foco, o Orçamento. Houve uma CPI que tinha esse nome, a CPI do Orçamento ou CPI dos Anões. Este é outro ponto fundamental, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para ser corrigido: a questão do Orçamento. Porque nós fazemos aqui uma espécie de faz-de-conta. Quem trabalha seriamente na Comissão do Orçamento faz um trabalho de faz-de-conta, entra pela madrugada e tal, aprova aqui uma peça orçamentária, que é manipulada. O mais interessante é que o Orçamento é feito pelo Executivo, mandado para o Legislativo apreciar e emendar – conseguimos emendar cerca de 14% do que vem de lá –, e, ainda assim, o Executivo vem aqui fazer um **lobby** junto aos Parlamentares para incluir emendas ao Orçamento que veio do Executivo. Mas as emendas que propriamente podem ser feitas, de responsabilidade do Poder Executivo, as chamadas emendas parlamentares, mais de 70% não são executadas. Tem o termo técnico de dizer que “ficam contingenciadas”, mas, na verdade, não são executadas mesmo. Então, vamos lá, dizemos para a população: olhem, ouvimos a população

dos municípios, incluímos no Orçamento tanto para construir hospital, para construir escola, para universidade, para escola técnica, para o Centro Federal de Ensino Tecnológico.

E depois? Vem a questão da liberação de emendas, e aí entra um esquema, lamentavelmente, de barganha política do Poder Executivo com os Parlamentares. Isso é lamentável!

Então, já devíamos aqui ter aprovado o Orçamento impositivo, pelo menos no que tange às emendas parlamentares, que não correspondem nem a 10% do Orçamento. Por aí se frearia qualquer tipo de manobra, digamos assim, qualquer lance de corrupção. Por quê? Porque o Executivo seria obrigado a executar aquelas emendas de maneira a não precisar fazer nenhuma negociação. E aí, portanto, estaria, tanto o Executivo isento de pressões de ordem políticas, financeiras ou empresariais, como o Parlamentar estaria também sem necessidade de fazer esse tipo de barganha.

A Lei de licitações, quando foi promulgada, tinha um grande objetivo: evitar a corrupção nas compras, nas execuções e nas contratações de obras e serviços. Mas o que se sabe, na prática, é que isso é outro faz-de-conta, porque qualquer CPL faz arranjos entre empresários e os empresários fazem arranjos entre si para dizer: você ganha essa e eu ganho aquela.

É preciso um mecanismo que modernize essa lei de licitações, e esse instrumento tem de partir de uma ação conjunta do Executivo e do Legislativo. Sabemos que, se quisermos fazer algo aqui, não conseguiremos aprovar.

Essa questão do Orçamento impositivo há tempos se discute neste Senado, mas não se consegue aprovar, porque há uma manobra do Poder Executivo, que detém a maioria. Precisamos ter clareza nessa questão. Por que o Governo detém a maioria? Para que não haja “mensalões” nem outro tipo de jogada por trás disso.

(O Sr Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Quero ainda abordar outro ponto da cura: a reforma administrativa e a reforma política. O que acontece? Infelizmente, se uma pessoa é assassinada, se um motorista atropela uma pessoa de maneira irresponsável, ficamos com raiva de todos os motoristas, e os motoristas não são iguais. Se um médico, por uma fatalidade ou mesmo por imperícia, perde um paciente, a tendência é a família ficar com raiva de todos os médicos, e os médicos não são iguais. Se um padre comete pedofilia ou outro tipo de coisa que temos ouvido aí com tanta insistência, não quer dizer que todos os padres sejam iguais não. Assim, também, se alguns

políticos cometem erros e crimes mesmo, não quer dizer que todos os políticos sejam iguais não.

Então, temos que pensar numa reforma política que reflete uma mudança forte. E o que está sendo discutido aqui a população, às vezes, nem entende. Aliás, muitos dos Parlamentares nem entendem. Até quero me incluir entre eles, porque muitos dos pontos que estão aí me parecem obscuros mesmo.

Primeiro, essa questão da lista. Hoje temos uma lista aberta, que, na prática, corresponde a quê? O eleitor tem o direito de escolher o candidato. Defender a lista fechada é tirar do eleitor o direito de ele escolher o candidato e dar ao grupo que domina o partido o direito de escolher os candidatos que devem ser eleitos. Eu sei que a intenção é fortalecer os partidos, mas os partidos que estão hoje aí merecem ser fortalecidos?

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, permite-me um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Logo em seguida, porque gostaria de aprofundar mais, pois são vários itens.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – É sobre a lista.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim. Mas aí, olhe só, a lista: Será que é o momento? A idéia, repito, é importante porque a lista visa fortalecer os partidos, mas os partidos como estão hoje aqui merecem ser fortalecidos? O povo quer? Vamos fazer um **referendum** para ver se é isso que o povo quer. Aliás, vou chegar, no final do pronunciamento, ao aspecto do **referendum**. Mas se V. Ex^a quer falar sobre a lista...

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – É rapidinho. Apenas para dizer, Senador Mozarildo Cavalcanti, que a única lista hoje que a população conhece é a lista do “mensalão”. Como é que vamos falar em lista nesta hora? Para proibir o povo de derrotar, de condenar os envolvidos em corrupção? Não temos autoridade política e, muito menos, moral para introduzir esse que seria um avanço em outras circunstâncias, como bem salienta V. Ex^a. Um dia nós chegaremos lá, mas ainda estamos devendo muito. Temos que pagar essa conta primeiro, para depois avançar. O povo tem que ter oportunidade de derrotar aqueles que considera desonestos na política. E, com a lista, fica impossível.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Muito bem, Senador Alvaro Dias. Concordo plenamente com V. Ex^a. Eu disse justamente isso. Acho que a idéia é interessante, importante, mas para esse momento seria aplicar um golpe, muito mais se é como está aprovado na Câmara: que os atuais Parlamentares terão prioridade para ficar na frente na lista. Quer dizer, se alguém vota no partido “A” e se o Deputado

do partido “A” não tiver sido alcançado e tiver praticado algum crime, e o eleitor votar no partido “A”, estará elegendo aquele Deputado que estava, talvez, envolvido e não chegou a ser condenado. Então, acho que não é o momento de se pensar na lista. A lista não deve ser, no meu entender, para esse momento.

Fidelidade partidária? Entendo que sim. Mas fidelidade partidária a quê? Aos dirigentes do partido do momento, ou fidelidade partidária ao programa do partido?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Acho que temos que ter essa discussão, realmente pensarmos em fidelidade ao programa. Então, se alguém entra em um partido tem que, primeiro, ler o programa, discutir se esse programa é o que interessa e aí, sim, tem-se fidelidade ao programa do partido e não a quem domina o partido naquele momento.

Depois, o financiamento. Muito bem, qual é o financiamento ideal? No mundo todo, não existe financiamento público exclusivo de campanha, quer dizer, só ter recursos do Tesouro Nacional, oriundos do povo.

Será que é isso que o povo quer? Será que isso funciona também? Talvez para esse momento até fosse interessante, porque fecharíamos qualquer participação particular das campanhas e faríamos só o financiamento público. Mas, depois, vamos discutir se esse remédio serve para sempre, porque entendo que é muito melhor ter um financiamento misto – público e também privado – de pessoa física ou de pessoa jurídica, mas que possamos, realmente, ter transparência, não ter negócio de caixa dois, embora eu saiba que é muito complicado evitar esse tipo de marginalidade.

Outro ponto, Sr. Presidente, é a verticalização que foi imposta por uma decisão, baseada na eleição passada, do Tribunal Superior Eleitoral. Não foi discutida – aliás, foi discutida, mas não houve tempo de corrigir. Acho que este País é muito grande para pensarmos em verticalização de Presidente da República a Vereador. Eu acho que é impossível. A realidade de cada região, de cada Estado é muito diferente. Nós temos que, pelo menos, eliminar, por enquanto, essa verticalização, até que, talvez, num futuro mais adiante, quando for possível fazer a lista partidária, quando houver partidos reformados, nós implantemos a verticalização.

A cláusula de barreira é outro ponto.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Ex^a tolerância para eu poder esgotar, porque eu acho que é um tema muito atual.

Aprovamos aqui no Senado Federal a cláusula de barreira, de 5%, quer dizer, um monte de partidos – com todo respeito aos partidos pequenos. Ninguém

nasce grande, quaisquer dos partidos que estão aqui nasceram pequenos. Então, eu defendo que existam partidos pequenos, mas que eles tenham, então, apelo popular, de maneira que possam permanecer. Para isso, eles precisam ter votos e, para ter voto, tem que ter um percentual. Eu defendo o percentual que foi aprovado no Senado de 5% e não de 2%, como a Câmara quer fazer, diminuindo e, portanto, permanecendo esse quadro de muitos partidos que não têm representação e apelo popular. E se não o têm, como querem sobreviver? Atendendo a certos grupos e interesses? Não! Não pode ser.

Depois, as coligações partidárias nas eleições proporcionais é outro tema que eu penso que não pode valer para a eleição do ano que vem. Aliás, seria até o momento, em outros países, de se anteciparem as eleições, mas já haverá eleições no ano que vem. Casualmente, o calendário está, digamos assim, antecipado, graças a Deus! Então, eu penso que as coligações proporcionais também deveriam ser permitidas nas próximas eleições. Da maneira como foi aprovado aqui no Senado, fazendo a federação de partidos, considero também uma grande idéia.

O voto distrital é outro assunto polêmico e difícil de entender até para os Parlamentares. Então, vamos deixar essa questão para um outro momento, em uma discussão mais ampla.

Há algo que não está aí e deveria constar: incluir na legislação o impedimento de que se registre como candidato alguém que está sendo processado. Eu quero distinguir aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que processado não é aquele sobre o qual se levantaram indícios, mas a pessoa cuja denúncia foi aceita pelo Poder Judiciário. Se isso ocorreu, ele não poderia ser candidato, porque está buscando no mandato uma proteção. Embora hoje não exista imunidade parlamentar, há ainda o fórum privilegiado. Se por um lado prejudica o cidadão, porque ele perde as etapas primeiras e fica somente com a final, no entanto se sabe que, ao ficar com o fórum privilegiado, ele muitas vezes escapa, durante o mandato todo, do alcance da lei.

Então, tínhamos que dividir, em meu entender, essa reforma política em dois blocos: o que prevê uma reforma emergencial, que deveria valer já para a eleição do ano que vem – e aí incluo as questões da fidelidade partidária, do financiamento, da verticalização e da cláusula de barreira – e os outros pontos deveríamos deixar para as outras eleições. Já poderíamos até começar a discussão, inclusive propondo um referendo popular. Não vamos fazer agora um referendo sobre desarmamento? Façamos um sobre o que o povo quer efetivamente para a política. Como é que ele quer? Listas fechadas, listas abertas como é agora, em que

ele escolhe o candidato e não o partido? Como ele prefere? O voto distrital ou o voto proporcional, como é hoje? Deve-se fazer um grande debate nacional. Esse debate deveria ser comandado pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral, e não só pelos partidos, esclarecendo a população sobre essa questão e, principalmente, promovendo uma campanha continuada para o eleitor, mostrando-lhe que não pode trocar o voto, por exemplo, por um presente, que ele não pode trocar o voto por um favor que recebe naquele momento eleitoral, porque essa troca representa esse quadro que estamos vendo no País.

Mas não vamos também ficar aqui esquecendo esse meandro de corrupção que permanece nos Ministérios, que só prospera porque há funcionário corrupto. Nesse sentido, apresentei aquele projeto que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com pedido de urgência de todos os Líderes, que visa, em resumo, o quê? Que todo o mundo que lide com dinheiro público tem que ter o sigilo bancário quebrado de imediato. Isso vale para funcionário público concursado, para funcionário público que ocupe cargo em comissão, mesmo eventualmente, para funcionário público como nós todos, que temos mandato, do Vereador ao Presidente da República. E quando digo funcionário público também me refiro aos Ministros, aos seus auxiliares e também às empresas que transacionam com o Poder Público, isto é, as empresas que contratam obras, serviços de publicidade ou qualquer outro. Ou seja, para que uma empresa receba dinheiro do Poder Público, tem que estar com o sigilo bancário quebrado.

Então, podemos pensar sobre essas medidas e dividi-las assim: as emergenciais, que tratam o doente em sua emergência, e as mais duradouras, que curam ou pelo menos tentam curar essa doença de maneira definitiva.

Sr. Presidente, espero que esse debate se aprofunde, para que não fiquemos agora só com o foco nas CPIs e esqueçamos que elas existem porque chegamos a esse nível de corrupção.

E aí não adianta algumas pessoas...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – ...dizerem que não sabiam, que não foram informadas. Quem está no serviço público tem obrigação de estar informado e atento para tomar as providências na hora certa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra, por ordem de inscrição, ao nobre Senador Alvaro Dias. S. Ex^a dispõe de dez minutos e mais cinco.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio que todos nós estamos preocupados com a imagem que a população do País deve fazer desta instituição no momento de uma investigação de profundidade, que é a exigência maior para a necessária assepsia geral, diante de tantos escândalos de corrupção denunciados no Brasil.

Sr. Presidente, revelo esta preocupação porque, na CPMI dos Correios, estamos assistindo a um verdadeiro campeonato de cinismo – e aquele que compareceu por último, o Sr. Delúbio Soares, apresentou-se como fortíssimo candidato ao título de “mentiroso-mor” –, porque buscam preventivamente um **habeas corpus**. E é claro que, para mim, isto significa uma confissão de culpa, uma auto-condenação, porque alguém que busca preventivamente **habeas corpus** reconhece existirem razões para uma eventual prisão. E o buscam, também, para se proteger diante das mentiras assacadas, num desrespeito flagrante ao povo do País, que acompanha esses acontecimentos com muito interesse.

Apesar disso, Sr. Presidente, é preciso destacar o outro lado. Se há essa eventual blindagem – pelo menos imaginam que isso se constitua em blindagem para poder, de forma desaforada, mentir, subestimando a inteligência das pessoas –, há o outro lado, sim, que os penaliza certamente de forma mais vigorosa. Agrava a situação penal dos envolvidos em corrupção esse procedimento. Certamente o Poder Judiciário está atento para esse tipo de comportamento, como a CPMI deve estar. É inevitável a influência que esse gesto dos depoentes faz recair sobre as decisões finais da Comissão. Quando estivermos deliberando sobre quem indiciar, este fato, de forma preponderante, deve ser considerado. Ou seja, esta prerrogativa legal dever ser usada contra o réu. A lei impõe isso, já impôs. Pesa contra o réu o silêncio às perguntas; pesa contra o réu a mentira. Enfim, é o outro lado dessa história.

Certamente nenhum de nós que integramos esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito perderá a oportunidade desta análise no momento da definição dos indiciados, para que, ao remetermos ao Ministério Público, estejamos direcionando já a responsabilização civil e criminal como consequência da postura que adotaram durante o processo de investigação.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, já não há mais dúvidas. Quem tem dúvidas relativamente à existência do “mensalão”? Alguém ainda tem dúvida? Mas pergunto: sinceramente, alguém tem dúvida? Eu não tenho. Certamente não estou sozinho nessa conclusão antecipada. Já há indícios suficientes para a confirmação da existência desse modelo de corrupção apelidado de “mensalão”, que é a consequência da re-

lação espúria do Poder Executivo com o Poder Legislativo, partidos políticos e Parlamentares, sem a injusta generalização. Esta é, sobretudo, a hora da distinção. Vamos distinguir uns dos outros, até em nome do interesse nacional, da consolidação do processo democrático, do avanço das instituições públicas no campo da credibilidade popular. Estamos mal em matéria de credibilidade. Quem não sabe disso? É ainda preciso pesquisar? Creio que não. Somos, como instituição, condenados constantemente pela opinião pública, durante o processo eleitoral ou em qualquer manifestação de natureza popular, isolada ou coletiva.

Certamente nos causa um grande constrangimento assistirmos em programas populares da tevê àquelas perversas enquetes nas ruas do País. Sobretudo agora, quando estamos trabalhando em uma comissão parlamentar de inquérito, é inevitável a afirmativa “vai acabar em pizza”. É o que ouvimos. Não há como ignorar que esse conceito está impregnado no inconsciente coletivo. Qualquer cidadão brasileiro, indagado sobre se acredita, diz: “Não acredito. Vai terminar em pizza.” Não é verdade, mas é a imagem que passamos.

Não vou citar as outras CPIs que não terminaram em pizza, que resultaram em condenações, que apresentaram resultados extraordinários sob o ponto de vista da penalização, da responsabilização civil e criminal e também da recuperação de tributos sonegados à Receita Federal, que soma valores ao final de cada CPI instalada no Congresso Nacional.

A CPMI dos Correios, evidentemente, não é a perfeição investigando; ao contrário, tem as suas deficiências. Além da ausência de instrumentos qualificados tecnicamente para a investigação, a comissão depende da contribuição de outros setores da estrutura pública nacional, como, por exemplo, CGU (Controladoria-Geral da União), Banco Central, rede bancária nacional, Polícia Federal, Ministério Público e, agora, sobretudo, o Supremo Tribunal Federal. Estou acreditando, Senador Mozarildo Cavalcanti, que, quando recebermos do Supremo Tribunal Federal o inquérito encaminhado pelo Juiz da 4ª Vara do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Dr. Jorge Costa, teremos certamente uma prova documental que pode ser fatal, cabal, inquestionável, alcançando verdadeiramente os reais beneficiários desse modelo de corrupção instalado na República.

As informações são oficiais, não são apenas ruídos ou suposições de que cerca de 120 nomes constam de documentos oficiais do Banco Rural encontrados no arquivo morto depois de uma busca e apreensão realizada pela Polícia Federal em Minas Gerais. Por existirem Parlamentares entre aqueles nomes que

constam desses documentos – e Parlamentar possui foro privilegiado – o juiz houve por bem encaminhar o caso ao Supremo Tribunal Federal. Hoje ainda o Presidente da CPMI dos Correios, Delcídio Amaral, irá ao Ministro-Presidente Nelson Jobim na busca desses documentos.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, foi Parlamentar no Congresso Nacional e sabe da importância da investigação política que o Congresso realiza neste momento. Por isso, acredito que, em regime de urgência, S. Ex^a nos remeterá esses documentos. Senador Mozarildo Cavalcanti, estaremos encurtando caminho e economizando tempo, porque chegaremos mais rapidamente aos nomes daqueles que se beneficiaram da corrupção instalada. E certamente, se isso ocorrer, a própria CPMI do Mensalão acabará perdendo o sentido porque, antes que ela aprofunde investigações, já estaremos chegando às conclusões desse deplorável episódio.

Concedo a V. Ex^a um aparte, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, quero inicialmente cumprimentar V. Ex^a pela condução que teve na CPMI da Terra, com isenção, sem preocupação com holofotes. A CPMI realmente aprofundou uma discussão que precisa ser levada à frente mais ainda. Voltando ao momento atual, quero referir-me à CPMI dos Correios. Lamentavelmente essa comissão tem esse nome, CPMI dos Correios, porque começou com aquela fita gravada naquela instituição. Os Correios não merecem estar com essa pecha de corrupção, porque, como eu disse ontem aqui, em um pronunciamento, do carteiro ao mais graduado funcionário dos Correios, a grande maioria, eu diria até que a quase totalidade, é de pessoas sérias, que trabalham muito bem; os Correios são uma instituição verdadeiramente exemplar para o Brasil. Lamentavelmente se infiltraram lá pessoas que fizeram esse tipo de coisa. Mas isso não está só nos Correios. Sabemos que o mesmo ocorre em várias instituições. E a minha preocupação está justamente aí, Senador Alvaro Dias: porque há Parlamentar envolvido, porque há Ministro envolvido, pode haver generalização. Temos que defender as instituições. Não temos que defender pessoas, temos que defender a Câmara, o Senado, temos que defender os Correios, temos que defender o Judiciário. Então, precisamos realmente fazer uma grande operação, como a que aconteceu na Itália, a Operação Mão Limpas. V. Ex^a já exortou aí o Banco Central, a CGU, e acredito que, juntamente com o Ministério Público, com o Poder Judiciário como um todo, do Supremo até o juiz de primeira instância, devemos fazer um grande mutirão agora, para realmente limpar

o País e fazer uma legislação que possa ser duradoura, para não termos novamente, daqui a pouco, esse mesmo fato deplorável.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Ex^a tem razão, Senador Mozarildo Cavalcanti, e é na linha dessa preocupação que entendemos deva proceder essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Aproveito o ensejo para enfatizar duas revelações que fiz, durante os depoimentos desta semana, envolvendo o sistema bancário nacional público e privado como instrumentos para alavancar um projeto corrupto no País. Primeiramente, cito o BMG (Banco de Minas Gerais), que ofereceu ao Partido dos Trabalhadores, com o aval do Sr. Marcos Valério, aquele empréstimo inicial de R\$2,4 milhões – valor que hoje supera R\$5 milhões, está próximo de R\$6 milhões.

O que ocorreu? Esse banco foi privilegiado, favorecido de forma ilícita, com a conta para crédito em consignação dos aposentados brasileiros. São 25 milhões de brasileiros. Durante mais de três meses, Senador Augusto Botelho, o BMG teve o privilégio da exclusividade dessa conta, movimentando certamente mais de R\$1 bilhão. Portanto, o Governo pagou com sobras, indiretamente, o empréstimo efetuado a favor do Partido dos Trabalhadores. É crime, sim, contra a Administração Pública esse procedimento escuso.

É claro que isso provoca revolta. Não estamos aqui preocupados com os banqueiros concorrentes do BMG. Estamos preocupados com a ética, com a correção no trato da coisa pública, com o interesse do povo brasileiro, que vem sendo fulminado com essas ações promíscuas da Administração Pública Federal, lamentavelmente.

A outra denúncia que fiz alcançou a direção do Banco do Brasil, partidarizada no Governo Lula. Uma instituição financeira da responsabilidade do Banco do Brasil não pode ter a sua direção partidarizada em momento algum. Houve partidarização na medida em que privilégios foram conferidos por essa direção...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... ao Partido dos Trabalhadores. Eu poderia me referir ao crédito especial de R\$3,5 milhões confessado por Delúbio Soares. Cheque especial com garantia de saque de R\$3,5 milhões é só para grandes empresas. O PT não é uma grande empresa, não tem patrimônio para garantir esse tipo de movimentação financeira. É um privilégio inexplicável, condenável sob o ponto de vista da ética e absolutamente condenável também sob o ponto de vista da correção administrativa.

A outra denúncia que fiz foi de que aquele empréstimo para a aquisição de computadores que o PT

realizou junto ao Banco do Brasil para a informatização dos seus diretórios também se deu de forma flagrantemente irregular e, sobretudo, imoral. Um empréstimo sem fiador. A cláusula nº 13 do contrato celebrado entre o Banco e o Partido impunha a assinatura, ao final, de fiadores. Ao final do contrato, não existia assinatura de fiador algum. E não aleguem que o fundo partidário é garantia para esse valor, pois não é, até porque, além de o Partido utilizar o fundo partidário para outras despesas, ele pode ser suspenso em determinados momentos, como agora.

O Senador Arthur Virgílio, Líder do nosso Partido, e o Senador José Agripino, Líder do PFL, encaminharam, ontem, representação à Justiça Eleitoral propondo a suspensão do repasse dos recursos do fundo partidário, já que o PT é réu confesso. Houve uma confissão de crime eleitoral. Mais do que isso, houve uma confissão de formação de quadrilha para a prática da corrupção eleitoral.

(O Sr Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou concluir.

Dianete desses fatos, não resta outra alternativa para os homens de bem que fazem política no País que não seja se juntarem, suprapartidariamente, para promover essa faxina geral, a fim de que, repito o que já disse, desses escombros provocados pela corrupção inusitada que se instalou no Governo Lula, com a sua complacência, conivência ou, quem sabe, participação, possamos emergir para um tempo diferenciado, com uma postura ética que possa significar respeito e credibilidade, recuperando, enfim, as esperanças do povo, que, lamentavelmente, as perderam para o apetite, que alimenta alguns, de se perpetuarem no poder mesmo que à custa da corrupção.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para falar como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, falarei por tópicos.

Peço inserção, nos Anais do Senado Federal, de editorial de **O Globo**, de ontem, intitulado: “O mensalão existe”. Ou seja, um jornal vetusto e correto como **O Globo** não pergunta, afirma: Existe o

“mensalão”. Da mesma maneira, peço a inserção do editorial da **Folha de S. Paulo**, do dia 21, cujo título é “Escárnio à Nação”, e também do editorial de hoje de **O Estado de S. Paulo**, que tem como título “Em estado de alienação”. Aí é retratado com crueza, com dureza, todo esse processo tortuoso por que tem passado o Presidente da República, com sua ora cumplicidade, ora tentativa de fingir que nada está acontecendo.

Também de **O Estado de S. Paulo** de hoje: “Ressentido, Olívio diz que PT tem más companhias”. Vou a ressalvar: o diplomata Márcio Fortes, indicado pelo PP do Sr. Severino Cavalcanti é um profissional competente. O que está em jogo, portanto, não é sua competência ou sua correção, mas esse estado de decomposição a que chegou o Governo Lula.

E aqui exibo, Sr. Presidente, uma foto que é patética: o Presidente Lula e o Presidente Severino Cavalcanti, ambos sorrindo. O Presidente Lula, gargalhando. Não sei quem lhe contou qualquer piada. Está aqui a foto. Não sei quem disse algo engraçado para Sua Excelência. Não sei se Sua Excelência está achando engraçado o noticiário policial sobre o seu próprio Governo ou a insubordinação do seu Ministro da Reforma Agrária, Miguel Rossetto, que o critica – nunca vi isso – e não é demitido, fica por isso mesmo. Enquanto isso, avolumam-se as desconfianças de envolvimentos cada vez mais próximos do Presidente da República em todo esse episódio de corrupção.

Sr. Presidente, peço ainda inserção, nos Anais, da coluna de Míriam Leitão, intitulada “As delubianas”, de **O Globo** de ontem.

Presto contas, agora, de viagem que fiz, ontem, a João Pessoa. Visitei o ex-Ministro e ex-Prefeito Cícero Lucena. S. Exª – que foi, a meu ver, preso sem necessidade, prisão temporária – poderia, perfeitamente, dar todas as explicações, e S. Exª as deu à correta delegada que o inquiriu. Poderia ter feito isso tudo com um mero convite da Polícia Federal para que lá comparecesse. Eu disse isso ontem a essa figura respeitável e estimada que é o Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Nada contra a forma como se deu a operação, porque, dessa vez, foi sem sensacionalismo. Não há um só registro estapafúrdio nem espetaculoso da ação. Encontrei lá um profissional correto, o Sr. Gustavo Ferreira Gominho, Delegado da Polícia Federal – quero ser isento –, que se portou com correção, com seriedade, dando tratamento digno a todos os presos e ao ex-Ministro Cícero Lucena. Mas não tenho dúvida, por outro lado, de que a grande pergunta que está no ar é: por que fazerem algo tão rápido e, a meu ver, tão injusto

com Cícero Lucena quando os mudos do PT estão soltos, quando estão soltos o Sr. Delúbio Soares e o Sr. Sílvio Pereira, esses que fazem a mudez moral virar uma espécie de nudez cívica? Mudez com eme, eme de mudo, nudez com ene, ene de nu, ene de desnudo, **strip-tease** moral, **strip-tease** ético. Cortina de fumaça? Perdem tempo, porque o que se quer mesmo investigar é a corrupção que está a desmoralizar este Governo, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Recebi, ontem, um envelope amarelo, e o meu chefe de gabinete, no gabinete pessoal – não no gabinete da Liderança –, abriu o envelope e constatou que nele havia um pó branco. Ele, evidentemente, se assustou, amassou o papel, o envelope, jogou na cesta e chamou a Segurança do Senado, que, a esta altura, está expondo, com certeza, para a imprensa brasileira, o tal envelope.

Francamente, não sei o que vão encontrar, se antraz ou não, no envelope enviado também para o Líder do PFL na Câmara, Deputado Rodrigo Maia. Gostaria de imaginar que é uma brincadeira, uma pilharia. Outro dia, por pilharia, ameaçaram de sequestro a minha família. Por pilharia devem ter mandado esse pó branco, que pode ser talco, pode ser Talco Johnson's.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas o fato é que algumas pessoas se sentem incomodadas. Sentem-se incomodadas e se manifestam não mais pela grosseria dos *e-mails*, mas por atitudes que denunciam ser possível que o desespero de corruptos descambe para a violência. Que é possível que o desespero de corruptos descambe para o terrorismo, descambe para a tentativa de intimidar ou de silenciar quem quer que seja da Oposição brasileira.

Não vou tecer comentários. Por enquanto, para mim, aquilo é talco Johnson's, é talco para passar em bumbum de criança e não deveria, portanto, estar nas mãos de corruptos contrariados com as investigações – que vão continuar, haja o que houver.

Sr. Presidente, solicito que o meu chefe de gabinete seja examinado, bem como as demais pessoas do meu gabinete pessoal. Foi a instrução que recebi do médico Augusto Botelho, nosso querido Senador por Roraima. Que sejam examinados e começem a tomar antibiótico imediatamente, até preventivamente, antes de se saber se o pó do envelope é antraz ou não. Afinal de contas, essas pessoas brincam com a vida dos outros.

Hoje, liguei cedo para a minha mulher, que está em Manaus, e avisei a ela: “Peça que todos nós passemos, daqui para frente, a apalpar o conteúdo de envelopes. Se for algo diferente do normal, não se deve abrir. Se alguém abrir, por favor, não deve tocar.” Francamente, nada disso vai impedir o essencial: a investigação desses fatos até o final.

Não tem faltado serenidade ao PSDB nem faltará coragem a ninguém do Partido. Queremos manter a nossa linha de conduta do começo ao fim desse processo. Primeiro: apuração, doa a quem doer. Algumas pessoas perguntam: “*Impeachment* do Presidente”? Se ficar provado que o Presidente delinqüiu, não há por que não haver. Mas não vou dizer que ele delinqüiu enquanto não houver constatação.

Por outro lado: punição de inocentes? De jeito algum. Preservação de todos os inocentes comprovados. Absolvição de culpados? De jeito algum. Punição de qualquer culpado: de pó, de antraz, de frente, de costas, de lado, de talco Johnson's, culpado do que quer que seja, culpado de **e-mail** ameaçador, culpado de qualquer coisa. Culpado é culpado, e culpado tem que ser levado à execração da opinião pública.

Portanto, registro apenas, com muita serenidade, o desespero crescente que vai tomando conta de pessoas que não sei o que pensavam fazer do Brasil. Parece que plano de Governo não tinham. Tinham plano para outra coisa. E essa outra coisa está sendo desmoralizada todos os dias nos jornais, nas televisões e nas rádios deste País, que construiu uma democracia. Democracia não é só para dar liberdade para poeta fazer poesia, não. Democracia é regime para se ter oportunidade de denunciar quem rouba, quem furtar, quem solapa o Erário público.

Sr. Presidente, visando à integridade física, a saúde dos funcionários de meu gabinete, solicito à Mesa providências junto à Polícia Federal – aquelas coisas de praxe, enfim. O mínimo que essa gente estúpida, das ameaças, consegue é nos obrigar a tomar essa atitude que temos que tomar. Não acredito que seja nada demais. Para mim, é talco Johnson's, que deveria estar sendo passado em bumbum de nenê e não na mão de corrupto. Mas peço providências tanto junto à Polícia Federal quanto médicas, para proteção dos funcionários de meu gabinete, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
FOLHA DE S. PAULO	21	Julho/05	Opinião	A	2

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

ESCÁRNIO À NAÇÃO

VAI FICANDO cada vez mais claro que os desvios praticados pelo Partido dos Trabalhadores não dizem respeito a um esquema pelo qual irregularidades seriam cometidas em nome de uma causa política —o que, de qualquer forma, caracterizaria corrupção e crime. O depoimento do ex-secretário-geral petista Silvio Pereira à CPI serviu para alimentar ainda mais as suspeitas de que também o enriquecimento pessoal tem sido uma “causa” dos burocratas ou “apparatchiks” (para usar o termo russo) do partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Orientado por seus advogados e protegido por um habeas corpus preventivo, Pereira sintomaticamente negou-se a responder questões relativas a seu patrimônio pessoal. Com efeito, seria muito difícil o depoente esclarecer como o construiu sem se ver obrigado a mencionar algumas operações heterodoxas.

Salvo fatos desconhecidos, as propriedades do secretário são incompatíveis com seus vencimentos. Seu automóvel, um Land Rover que custou R\$ 75,5 mil, teria sido pago à vis-

ta pela empresa vencedora da concorrência para reformar a plataforma P-34 da Petrobras.

Também os dados sobre saques de contas das empresas do publicitário Marcos Valério —feitos por pessoas ligadas a variadas instituições e partidos, entre os quais o PT, como é o caso da mulher do deputado João Paulo Cunha— indicam que o dinheiro não servia apenas para financiar ou saldar dívidas de campanhas, mas para complementar salários.

Perplexos, os brasileiros que acompanham o desenrolar dos depoimentos e das revelações da imprensa

vão assistindo ao desvelamento de um amplo esquema de apropriação da máquina pública e movimentação irregular de recursos orquestrado pela cúpula do PT, com evidentes ramificações no governo federal.

Tudo aquilo que os antigos campeões da moralidade política condenaram ao longo de anos de militância oposicionista foi posto em prática —e as justificativas apresentadas, com o concurso do próprio presidente Lula, vão se mostrando um verdadeiro escárnio à nação.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

PROJETO ABSURDO

É DEPLORÁVEL o projeto de lei do deputado federal Milton Cardias (PTB-RS) que pretende tornar obrigatório o registro de gravidez. Pela proposta, médicos e hospitais que atendam gestantes ficariam obrigados a emitir um atestado de gravidez, que garharia registro público, a exemplo de nascimentos, óbitos, emancipações e interdições.

Na justificação do projeto, o parlamentar deixa claro que seu intento é proporcionar meios para punir abortos clandestinos. É muito razoável que o deputado procure fazer cumprir a lei, mas precisa agir dentro dos limites impostos pela Constituição.

A idéia de um registro público de gravidez fere a Carta num preceito fundamental. Ela viola o direito à intimidade, assegurado pelo inciso X do artigo 5º da Constituição. Não dá para exigir que todas as mulheres tornem públicas suas gestações. É perfeitamente possível imaginar situações legítimas que as levem a que-

rer adiar um tal anúncio. De resto, registros médicos são o exemplo típico do material cujo sigilo —aliás assegurado por lei— se justifica.

No que talvez seja mais grave, o projeto trata todas as grávidas como homicidas em potencial. O que ocorrerá na hipótese de uma delas sofrer aborto espontâneo? Será submetida a investigação? Terá sua casa invadida pela PF e sairá algemada? E se ela tiver feito o aborto fora do país, hipótese em que não violou lei nenhuma?

A proposta é também inoportuna pelos transtornos práticos que acarreta. Clínicas e hospitais não são cartórios, que, aliás, cobram para manter a maioria dos registros. Quem arcaria com os custos? E a medida, provavelmente, seria pouco efetiva. Segundo o IBGE, 20% dos pais deixam de registrar os filhos no prazo legal. Por que o registro de grávidas teria um índice melhor? Seria mais oportuno que o Congresso abortasse desde já essa péssima idéia.

JORNAL	DATA	MES/ANO	EDITORIA:	CADERNO	PÁGINA
O ESTADO DE S. PAULO	22	Julho/05	Notas & Informações	A	5

Em estado de alienação

O presidente Lula não perde oportunidade de exibir o seu despreparo para o cargo – que a crise da corrupção elevou à enésima potência. Enquanto o seu mundo se desmancha, ameaçando soterrar a sua biografia política sob os mesmos escombros em que jaz, sem esperança de resgate, a *nomenklatura* do PT, e enquanto a opinião pública, abismada, se pergunta no que vai dar tudo isso aí, ele continua obsessivamente em campanha eleitoral. Inventa motivos os mais fúteis para ter uma tribuna depois da outra de onde poderá proclamar as virtudes que pretende ter e as realizações do “melhor governo que o Brasil já teve”. Na terça-feira, a pretexto de prestigiar a ampliação de uma fábrica de celulares, foi a Taubaté advertir que “é preciso de uma vez por todas parar com o pessimismo no País”, soberbamente alheio ao fato de que a matriz do pessimismo reside nos escândalos que se acercam mais e mais da Presidência da República.

No dia seguinte, no Recife, aproveitou a inauguração de um centro científico para armar ali o seu palanque. Em certo momento, dando a impressão de que ao menos iria reiterar as promessas de não esmorecer no combate à corrupção, começou com um “Estamos dispostos a enfrentar o que for necessário”, completando, porém, “para provar que este País não vai jogar fora a oportunidade que tem” – decerto, a de reelegê-lo. Depois, comentou os seus constrangedores improvisos. “Melhor falar do que fazer bobagem”, argumentou, sem se dar conta de que falava mais uma, ao sugerir que não as faz com freqüência, precisamente porque fala mais do que age. Voltando-se contra o ex-presidente Fernando Henrique, que parece não lhe sair da cabeça, sustentou que “governar independe da quantidade de escolaridade (sic) e formação acadêmica, dependendo muito mais do caráter e da inteligência”.

À parte a noção tosca da inteligência como um atributo estático, que não se desenvolve com a massa de conhecimentos adquiridos ao longo da vida, a apologia da indigéncia cultural apenas confirma uma suspeita que não cessa de crescer à medida que Lula vai exercendo o seu mandato: a de que, tendo percorrido e tornado a percorrer os quatro cantos do País

do que tanto se orgulha, da missa não entendeu a metade. Lula jamais captou a complexidade da vida nacional, os diferentes tempos históricos que nela coexistem, as relações entre o Estado, a política e os inumeráveis interesses em movimento na órbita do poder. Daí, afinal, o seu estado de alienação, perceptível a olho nu, diante das revelações dos grossos delitos que se propagam, como uma metástase, pelo organismo da administração federal. Alienação que nos sugere a imagem de Nero tocando sua lira diante de Roma incendiada.

O que não significa, obviamente, que Lula seja desprovido de inteligência. O problema é que ela está voltada como que em tempo integral para o seu projeto personalista.

O presidente pode não querer saber ou não conseguir saber do que vinha se passando nos promiscuos porões onde ambições de poder guiadas pela “ética bolchevista” se encontram com negócios movidos por uma ganância insaciável, urna coisa e outra expressas em cifras de assombrar até os brasileiros mais abonados. Mas Lula sabe perfeitamente o que quer: ficar no Planalto até 2010, com o PT ou

sem, com o que há de mais execrável na política, se necessário. É para isso que “estamos dispostos a enfrentar o que é necessário”. Mais difícil de explicar é o desconhecimento do País revelado pelos companheiros com “quantidade de escolaridade” maior do que ele, responsáveis pelas enormidades que passaram a vir à tona nos últimos dias.

Todo delinqüente racional procura avaliar os riscos a que as suas malfeitorias o sujeitam, antes de praticá-las. Os Delúbios, seus iguais e superiores agiram como se esse risco fosse nulo. Isso porque vêem o Brasil como uma republiquetá, com uma imprensa tatíbatate ou de aluguel e uma esfera pública inattingível pelos conflitos entre os seus parceiros do setor privado. Numa republiquetá esses parceiros econômicos são poucos, frágeis e incapazes, quando contrariados, de iniciar uma reação em cadeia como a que começou com o vídeo dos Correios e explodiu na denúncia do mensalão. “Deus não faz nada que não seja preciso fazer”, disse o presidente no Recife. Aguarde-se, pois, o que a Divina Providência julgará preciso fazer com todos quantos, na era Lula, transgrediram sistematicamente o 8º mandamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

JORNAL	DATA	MES/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA
O ESTADO DE S. PAULO	22	Julho/05	Nacional	A	16 A

Ressentido, Olívio diz que PT tem más companhias

Depois de ceder o cargo para indicado de Severino, ex-ministro afirma que más influências estão dentro e fora do partido

Lígia Formenti
BRASÍLIA

Apesar de dizer que aceitava com tranquilidade a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de afastá-lo do Ministério das Cidades, Olívio Dutra era puro ressentimento ontem. Logo depois de ceder o lugar para um ministro indicado pelo presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, Dutra afirmou que na política às vezes não se escolhem companhias. E que, atualmente, as más companhias existem tanto dentro quanto fora do PT.

"Infelizmente, o PT, pelo seu crescimento e pela forma indiscriminada de filiação, acabou tendo más companhias em seu interior", avaliou. "Não fomos capazes de trabalhar na educação de quem fosse chegando para que eles seguissem o compromisso com a natureza do partido", disse.

Olívio Dutra afirmou que vai trabalhar para que Delúbio Soa-

res e parlamentares que receberam dinheiro no esquema do mensalão sejam julgados na Comissão de Ética do PT, como foi sugerido pelo presidente do partido, Tarso Genro. "O partido está agredido, foi desrespeitado em sua base", afirmou.

Dutra reconhece que o partido enfrenta uma situação grave. "O PT tem problemas seriíssimos que acabam respingando no governo", completou.

"Quero estar num campo que possa ajudar." Sobre a referência que Lula fez sobre sua eventual candidatura ao governo do Rio Grande do Sul em 2006, Dutra preferiu mandar um recado direto ao presidente: "Ninguém tem autoridade para impor candidaturas", disse. "Nenhum partido sério aceita que se construa candidaturas por cima das instâncias", completou.

O ex-ministro afirmou que Lula ofereceu a ele a direção da Infraero, em substituição ao ministério. Mas preferiu não acei-

tar. "Não quero cargos. Posso ajudar o governo sem ter nenhum cargo. Aliás, tem muita gente que ajuda o governo sem buscar posição pessoal, projeção", disse.

Na cerimônia, o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, era só sorrisos. Questionado se estava satisfeito com a indicação do ministro Márcio Fortes, ele afirmou: "Evidente, fui eu que indiquei".

Acompanhado da filha, Severino afirmou que com a "influência e amizade" que tem entre os parlamentares, vai trabalhar para que o governo melhore seu relacionamento na Câmara.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, por sua vez, que ao longo dos últimos dois dias, ao lado de outros políticos petistas gaúchos trabalharam pela manutenção de Dutra no cargo, não escondeu seu descontentamento. "O governo perde, fica menor na sua representação política." •

O mensalão existe

Enquanto o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira depunha na CPI, quarta-feira, escudado num habeas corpus concedido pelo STF, chegavam numa sala próxima os primeiros documentos liberados pela quebra do sigilo bancário do publicitário Marcos Valério. E ali toda a falta de memória de Pereira e sua couraça jurídica tornaram-se inúteis. As informações trazidas pela papelada confirmavam a existência do mensalão denunciado pelo deputado petebista Roberto Jefferson. Mesmo assim, diante de todas as evidências, e agora provas, a distribuição de dinheiro ilícito pelo PT para políticos seus e de legendas aliadas também seria desmentida pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares, no depoimento do dia seguinte à CPI.

Compreende-se que a estratégia de defesa de Delúbio e Pereira seja negar até o fim. Mas depois que começaram a surgir dados objetivos sobre a movimentação de altas somas pelas agências de Valério a favor de petistas e de legendas amigas, as negativas não passam de manobra advocatícia.

Não convencem mais ninguém — se é que convenciam.

Estas primeiras provas mostram que, de fato, a benevolência financeira do PT era ampla e também irrigava contas de políticos de outros partidos. Além de estrelas petistas como o deputado João Paulo Cunha, ex-presidente da Câmara, apanhado numa tentativa de burlar a CPI e a opinião pública, os primeiros extratos atingem um político do PL, o ubíquo Carlos Rodrigues, que perdeu o cargo de bispo na Igreja Universal, uma pessoa ligada ao presidente do PTB José Carlos Martínez, já falecido; e um elo com o PP, Cláudio Genu, próximo do líder do

partido na Câmara, José Janene, um dos primeiros citados como receptadores do mensalão por Jefferson.

Agora, confirmado o esquema, cresce ainda mais de importância saber-se de onde veio o dinheiro para alimentar o propinoduto. A dupla Delúbio-Valério, sem qualquer credibilidade, agarra-se à versão de que o dinheiro saiu de empréstimos bancários feitos pelo publicitário, lastreados no relacionamento pessoal de Valério com o então tesoureiro do PT, a quem conhecia há pouco tempo. Tudo sem o conhecimento da Executiva do partido, muito menos de petistas em função de governo. A operação não é verossímil.

Deve-se investigar como o aparelhamento do Estado pelo PT serviu de canal de alimentação desse caixa dois — quem sabe caixa três.

Não pode passar despercebida a evidência de corrupção patrocinada por Sílvio Pereira, por ser presenteado com um jipe Land Rover no valor de R\$ 73.500 pela empresa GDK, segundo o vendedor do veículo. A GDK ganhou

milionária concorrência na Petrobras. O presente a Pereira foi em troca de quê? É um exemplo clássico de como políticos podem usar um estado obeso a favor de projetos pessoais e de poder. O mesmo vale para a história de um saque de R\$ 326 mil de um conta do esquema por ex-auxiliar de Henrique Pizzolato, petista e funcionário de carreira do Banco do Brasil, onde foi nomeado diretor de marketing. Pizzolato apressou-se em pedir dispensa. Por que essa remessa generosa de Marcos Valério? O ponto comum nos dois casos é a presença de uma grande empresa estatal no enredo. A pista é essa.

Propinas e presentes encobrem favores do Estado

POLÍTICA / PÁGINA 5

Insobrinado. Miguel Rossetto critica presidente pela demissão de Olívio Dutra e constrange o Planalto. Severino Cavalcanti, padrinho do novo ministro das Cidades, só garante 43 dos 55 votos do PP na Câmara

LULA: "LAMENTO PELO Povo"

SANDRO LIMA
DA EQUIPE DO CORREIO

Após semanas de negociação com a base aliada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva finalmente concluiu a reforma ministerial. Ao dar posse aos novos ministros da Previdência, Nelson Machado; da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende; e das Cidades, Márcio Fortes, Lula citou a crise política. "Os momentos difíceis pelos quais passa o Brasil, lamento muito mais pelo povo, do que por nós, políticos." A saída de Olívio do ministério desagradou ao PT gaúcho e o presidente até foi criticado por um subordinado.

Lula afirmou ainda que a melhor resposta à crise é "trabalho, trabalho e mais trabalho" e que o Brasil já suportou momentos difíceis na história como o que o país passa atualmente. Disse que as investigações em curso no Congresso não impedem que o governo, especialmente a Polícia Federal, investigue os casos de corrupção. Pediu aos novos ministros que ajudem na articulação com o Congresso. "Eu quero dizer boa sorte aos que saem e, aos que entram, que o jogo é muito forte e precisamos trabalhar mais do que trabalhamos até agora para produzir ainda mais". O presidente afirmou que está com o "time montado para ir até o último dia do mandato" e que espera não efetuar novas trocas.

Com a conclusão da reforma, o PT perdeu espaço e os aliados avançaram sobre áreas antes consideradas intocáveis para políticos não petistas. Na última etapa, Lula contemplou o PP com o Ministério das Cidades, e assim, acredita ter ampliado o leque de apoios no Congresso. Antes, deu ao PMDB os ministérios da Saúde e de Minas e Energia, ambos retirados do PT. O PMDB manteve ainda o Ministério das Comunicações.

Com a saída de Romero Jucá (PMDB-RR) da Previdência, Lula concretizou a idéia de pôr à frente da pasta um técnico com o apoio da equipe econômica e do ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Optou por Nelson Machado, que tem a vantagem de ser do PT, o que não irritaria ainda mais o

partido, que já protestou contra a demissão de Olívio Dutra. No Ministério da Ciência e Tecnologia assume Sérgio Rezende no lugar de Eduardo Campos (PSB-PE), que voltou à Câmara dos Deputados. Rezende é do PSB pernambucano e mantém a cota do partido na Esplanada.

Afago

Pressionado por várias investigações no Congresso, que atingem integrantes do governo e do PT, o presidente aumentou a participação dos aliados durante a reforma ministerial a fim de garantir apoio político. "A presença do companheiro Severino é a demonstração que estamos construindo com o Congresso, a base aliada, os partidos uma relação sólida", disse. Ao discursar, Lula fez um afago nos ministros que deixam os cargos. "A pior coisa do mundo é dizer para um companheiro que você terá de substituí-lo", afirmou. Lula teve um cuidado especial com o ex-ministro das Cidades, Olívio Dutra, cuja demissão causou protestos nos movimentos sociais e na esquerda do PT.

Para justificar a demissão do amigo, Lula afirmou que Olívio está "predestinado" a ser candidato do PT ao governo do Rio Grande do Sul em 2006. O critério utilizado pelo presidente na reforma foi demitir os ministros que serão candidatos em 2006. Na cerimônia de posse, ficou claro o constrangimento no governo com a demissão de Olívio.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, criticou a mudança. "O governo fica menor com a saída de Olívio. Ele é um dos melhores quadros e o governo perde representatividade política, mas a responsabilidade da mudança é do presidente Lula", afirmou Rossetto. Olívio também fez críticas. "Sempre fiz política de Estado no Ministério das Cidades. Nunca utilizei o órgão com interesses partidários", afirmou. "O PT está envolvido em coisas que jamais sonhei, tem problemas gravíssimos que respingam no governo, e más companhias devido a forma indiscriminada de filiação", disse Olívio. Fortes chega ao Cidades pela cota do PP, cuja bancada na Câmara é de 55 deputados, mas só 43 devem apoiar o governo.

Ministério da Previdência
NELSON MACHADO

Formado em Direito pela Universidade de Brasília, mestre em Administração, Organização e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e doutor em Contabilidade e Controladoria pela USP. Machado ocupou o cargo de ministro do Planejamento entre a saída de Mantega para comandar o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em novembro de 2004 e a nomeação de Paulo Bernardo (PT-FPR) em março deste ano. Agora, vai para a Previdência com o aval do ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Com perfil técnico, trabalhou para tucanos e peemedebistas. Foi agente fiscal, professor universitário e chefe de gabinete da Secretaria de Finanças na Prefeitura Municipal de São Paulo entre 1991 e 1992, na administração do ex-pedista Luiz Erundina. Também foi coordenador do Programa de Modernização do Controle Interno e Administração Financeira entre 1995 e 2002, nas administrações dos tucanos Mário Covas e Geraldo Alckmin.

SÉRGIO REZENDE

Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Sérgio Rezende, foi indicado por Eduardo Campos para assumir o Ministério da Ciência e Tecnologia. Filhado do PSB de Pernambuco, é professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e foi secretário de Ciência e Tecnologia do governo Miguel Arraes entre 1987 e 1990. Em 1963 formou-se em Engenharia Elétrica na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), tendo em seguida obtido bolsa de estudos da Comissão Fulbright para estudos pós-graduados no Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos EUA. Em 1965 obteve o Mestrado em Engenharia Elétrica e em 1967 o PhD ambos no MIT. Entre janeiro de 2001 e janeiro de 2002 foi Secretário do Patrimônio, Ciência e Cultura da Prefeitura de Olinda. Despou o cargo para assumir a Finep.

MÁRCIO FORTES

Filhado do PP-RJ desde 2001, Fortes chega ao Ministério das Cidades pelas mãos do presidente da Câmara, Severino Cavalcante (PP-PB), que o indicou para o cargo. Jovem, em destaque e diplomata, circula pelo segundo escalão do governo desde a gestão do ex-presidente Fernando Collor (1990-1992), quando atuou como secretário executivo do Ministério da Minas e Energia na gestão de Pratini de Moraes. Já no governo Itamar Franco (1992-1994), ele assumiu a pasta interinamente e presidiu o conselho de administração de várias estatais do setor. Na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Fortes foi secretário executivo do Ministério da Agricultura e também presidiu conselhos de administração da Embraer e da Conab. Márcio Fortes aproximou-se do PT quando foi secretário executivo do Ministério da Agricultura, na gestão de Pratini de Moraes, durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Ministério da Ciência e Tecnologia

NA VIDA POLÍTICA AS VASAS E NUVENS SÓ SE COMBAM COM COMPANHIA INFLUENCIAMENTE NO PT, PELO SEU CRESCIMENTO E PELA FORMA INDISCRIMINADA DE FILIAÇÃO ACABOU TENDO MÁS COMPANHIAS NO SEU INTERIOR DE DENTRO DO PARTIDO OU DE FORA, OS ENVOLVIDOS TÊM QUE SER PUNIDOS COM O RIGOR DA LEI

Olivio Dutra, ex-ministro das Cidades

O GOVERNO FICA MENOR COM A SAÍDA DE OLÍVIO DUTRA. ELE É UM DOS MELHORES QUADROS E O GOVERNO PERDE REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA, MAS A RESPONSABILIDADE DA MUDANÇA É DO PRESIDENTE LULA

99

Miguel Rossetto, ministro do Desenvolvimento Agrário

GUSHIKEN FICA SEM FUNÇÃO

O presidente Lula anunciou ontem que a Secretaria de Comunicação Estratégica (Secom) será desmembrada e o ministro Luiz Gushiken, que já perdeu o status de ministro, ficará responsável apenas pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE), um dos braços da Secom. A parte de publicidade da Secom será repassada à Secretaria Geral da Presidência da República, do ministro Luiz Dulci. A Secretaria Geral também será incorporada à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que perdeu o status de ministério.

Com a mudança, Gushiken deixa de comandar a área de comunicação, responsável pela coordenação e controle da publicidade e de patrocínios oficiais. A idéia de desmembrar a Secom já vinha sendo discutida na Casa Civil desde a semana passada, quando a ministra Dilma Rousseff resistiu em assumir o controle da publici-

dade, como o Planalto chegou a anunciar. Indícios de má gestão de recursos da publicidade oficial e suposto favorecimento à Globalprev – antiga Gushiken e Associações, da qual foi sócio até 2002 –, enfraqueceram Gushiken e ele colocou o cargo à disposição do presidente. Lula pediu que permanecesse, mas retirou da Secom o status de ministério. Gushiken é mais um integrante do núcleo duro do governo a perder poder na estrutura palaciana. Antes dele, caiu o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Luiz Dulci esteve na Secom, esta semana, discutindo as mudanças. Gushiken disse a Lula que gostaria de permanecer à frente do Núcleo de Assuntos Estratégicos, por considerar importante discussões amplas como o programa do Biofase. Apesar dos pedidos de Lula, ainda não está descartada a saída de Gushiken do governo. (SL)

DESPEDIDA ANTES DA HORA: *Presidente hoje votaria pela quebra do monopólio*

‘Déficit da Petros, de R\$ 5 bi, é uma questão que gostaria de ter resolvido’

Dutra diz que há 8 mil funcionários da Petrobras sem plano de previdência

Flávia Oliveira
e Ramona Ordoñez

• Ao se despedir da presidência da Petrobras, José Eduardo Dutra confessou uma frustração. A de não ter conseguido resolver o problema do déficit atuarial da Petros (fundo de pensão dos empregados da estatal), que em 2004 passava de R\$ 5 bilhões. Dutra também admitiu que os dois anos e meio à frente da companhia o fizeram mudar de opinião em relação à quebra do monopólio no setor. Ele, que dez anos atrás esteve contra a abertura do mercado, hoje votaria a favor. A seguir, mais trechos da entrevista:

• **PETROS:** “Este foi um grande problema que não concluímos. A última reunião do Conselho de Administração apontou para o modelo de um novo plano que será apresentado aos empregados, mas o Conselho não deliberou sobre a questão do déficit do Plano Petros. Há duas questões. Uma é que a Petros hoje tem um déficit atuarial de R\$ 5 bilhões. Além disso, o plano como está é instável atuarialmente. Não adianta resolver esse déficit hoje, porque no ano que vem tem outro. Hoje, temos oito mil funcionários da Petrobras sem plano de previdência. Essa é uma questão que eu gostaria de ter resolvido. Mas ela está bem encaminhada”

• **MONOPÓLIO:** “Se eu voltar ao parlamento e tiver uma emenda propondo a situação anterior, voto contra. Aquele cenário catastrofista que acreditava que ia acontecer não se confirmou. Quando foi quebrado o monopólio, a Petrobras

produzia 600 mil barris por dia e tinha 6 bilhões de barris em reservas. Dez anos depois, produz 1,8 milhão de barris por dia e tem reservas de 13 bilhões. Venceu a realidade, que muitas vezes é bem diferente da idealização que a gente faz dela”.

• **BOLÍVIA:** “Ainda não decidimos (ir à Justiça contra a mudança tributária na Bolívia). Estamos avaliando. Não tomamos nenhuma decisão, até porque em relação à Petrobras e Bolívia tem um componente diplomático que tem de ser considerado. Os contratos estão vinculados aos preços internacionais. Mas se os custos aumentarem muito pode chegar o momento em que os produtores, incluindo a Petrobras, quiserem rediscutir os contratos”.

• **INSERÇÃO INTERNACIONAL:** “O foco continua sendo Oeste da África, Golfo do México e América Latina, por questões regionais. Mas estamos atentos a oportunidades e, por isso, voltamos a atuar no Irã e na Líbia. O Oriente Médio, apesar de toda a instabilidade política, é uma região onde toda empresa de petróleo que se preze tem que estar”.

• **PLANO ESTRATÉGICO:** “O calendário é apresentá-lo à diretoria na próxima semana e ao Conselho, no dia 29. O plano está praticamente concluído”.

• **PETROLEIROS:** “Posso dizer que fui plenamente vitorioso. Em dois anos, tivemos greve de um dia, mas nenhuma pa-

ralisação de produção. Como foi compromisso meu, uma questão que era de honra para os petroleiros foi resolvida: a greve de 1995. Todo mundo que quis voltar para a companhia voltou”.

Pernambuco deve sediar refinaria

Letícia Lins

• **RECIFE:** O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não anunciou oficialmente, mas praticamente garantiu ao governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos (PMDB), que a Refinaria do Nordeste (Renor) deverá vir mesmo para o estado. A Renor é disputada ainda por Ceará e Maranhão, e até mesmo pelo Rio de Janeiro.

Parceria entre a Petrobrás e a estatal venezuelana PDVSA, a Renor exigirá investimentos superiores a US\$ 2,5 bilhões. A refinaria vai gerar dez mil empregos durante a construção e terá capacidade para produzir 250 mil barris de petróleo por dia.

Lula disse ao governador que conversou terça-feira com o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, sobre o assunto e que o venezuelano também gostaria de ver a refinaria instalada no litoral Sul de Pernambuco, onde fica o

complexo industrial portuário de Suape.

Após café da manhã com Lula, em um hotel, Jarbas esperava que o presidente anunciasse projetos estruturais como a própria refinaria e a Transnordestina, ferrovia que ligará os pólos de produção do Nordeste, como o Vale do São Francisco. Lula disse a Jarbas que em agosto voltará a Pernambuco com Chávez, para anunciar a refinaria.

PANORAMA ECONÔMICO

MIRIAM LEITÃO

As delubianas

• Não expulsar, nem suspender o tesoureiro licenciado Delúbio Soares mostra que a direção do PT perdeu até o instinto de sobrevivência. Mesmo diante do horror da opinião pública e da indignação das várias alas do partido que não têm coisa alguma com as confusões delubianas, a Executiva preferiu ficar ao lado de Delúbio. Ele confessou crime e suspeita-se que foi para esconder crimes maiores. Além disso, levou o Partido dos Trabalhadores à falência financeira.

Delúbio e Sílvio Pereira desembarcaram na CPI com licença para mentir. E abusaram desse direito. Durante os dois últimos dias, o país teve que assistir aos dois dirigentes petistas negando o sabido e comprovado, ou dando versões inverossiméis.

O tesoureiro licenciado contou ontem uma história delirante. Para acreditar nela, é preciso abdicar da capacidade de raciocínio. É o seguinte: necessitando pagar dívidas de campanha em 2003, procurou o recém-conhecido Marcos Valério e pediu que ele contrasse empréstimos, em seu nome e no das empresas dele, que atingissem o valor de R\$ 39 milhões, e repassasse o dinheiro a quem do PT e da base aliada tivesse dívidas para pagar. Nada disso foi declarado ou contabilizado, afiás a dívida era oculta porque o balanço do PT mostra um déficit mínimo. Escolheu esse caminho por razões éticas. Disse que, se pedisse dinheiro aos militantes e eles fossem nomeados para o governo, ficaria estranho. Se pedisse a empresas, pareceria uma forma de vender vantagens futuras. Ou seja, para não fazer algo que poderia ser visto como antético, Delúbio Soares contratou empréstimos através de um testa-de-ferro fornecedor do governo, escondeu a informação, mentiu, sonhou e mon-

hou um caixa dois. No delírio de Delúbio, a crise atual não é provocada por esses absurdos, mas, sim, porque o governo atual está sofrendo um ataque violento por parte de quem quer desestabilizá-lo.

O partido que expulsou, nos anos 80, os deputados Bete Mendes e Alrônio Soares por terem votado em Tancredo Neves — eleição que representou o fim da ditadura — e, em 2003, expulsou Heloísa Helena e outros por votarem contra a reforma da Previdência, acha que a dupla Sílvio-Delúbio não deve ser nem mesmo suspensa. No partido das decisões coletivas, uma única pessoa comete desatinos, não conta a ninguém, ameaça o governo, mas é protegido pela nova diretoria que lhe paga o advogado.

Mesmo que todas as acusações contra Delúbio fossem falsas, mesmo que não houvesse o caixa dois, confessado por ele, ainda assim, Delúbio teria que ser responsabilizado por gestão temerária: estourou o caixa do partido, o caixa um: dilapidou o que poderia ter sido o melhor momento financeiro do PT, quando a arrecadação aumentou; endividou-o de forma irresponsável e aprovou gastos superfluos.

O PT teve, com a chegada do poder, uma coincidência feia: mais contribuições individuais de militantes, mul-

tos deles por estarem mais bem empregados ou em cargos de chefia; mais doações de empresários, aumento de 100% do repasse do Fundo Partidário desde 2002. No ano passado, o PT arrecadou R\$ 48 milhões, segundo Delúbio disse à CPI: as empresas doaram R\$ 18 milhões, nove vezes mais do que doaram ao PSDB, por exemplo; os militantes entregaram ao partido R\$ 4 milhões em suas doações mensais. Se fosse uma empresa, estaria num bom momento, no de crescimento das suas várias fontes de receita. E, mesmo assim, ele afundou o partido em dívidas bancárias e pária de pagar aos fornecedores.

O Banco do Brasil disse que não exigiu avalista no contrato de leasing, porque, segundo o presidente Rosano Maranhão, nessa modalidade de crédito não é exigido avalista. Alega que executará as dívidas, que têm como garantia os computadores e o Fundo Partidário, cuja conta é no próprio Banco do Brasil. O BMG avisou que irá executar também a partir de setembro. Cercado de dívidas e de credores, o PT anuncia que fará superávit primário. Essa é a única boa notícia. O PT, partido que queria dar o calote da dívida externa do país, agora reconhece e aceita pagar uma dívida interna partidária. O que o PT não vai reconhecer

é a milionária dívida oculta com Marcos Valério.

Pelas versões apresentadas pelo publicitário e por Delúbio, a coisa se passou assim: ele aceitou se encaclarar todo nos bancos em seu nome, em nome de sua mulher, Renilda, em nome de suas empresas para transferir esse dinheiro para quem Delúbio mandasse. Sem qualquer garantia de recebimento do dinheiro e sem querer qualquer vantagem no governo, apenas pela súbita e intensa amizade que nutria pelo tesoureiro do PT.

Em uma única reunião do Banco do Brasil, Marcos Valério recebeu um contrato sem licitação de R\$ 23 milhões. Ele ganhou a concorrência da publicidade com o banco em 2003, muito antes de ser criado o Banco Popular do Brasil. Mesmo assim, o contrato de publicidade foi ampliado para incluir a conta do Banco Popular e dado à DNA por uma simples decisão da diretoria.

Tudo é abusivo nesta história, as versões combinadas estrategicamente e apresentadas à CPI não são minimamente aceitáveis. O presidente da República erra sistematicamente. A hora é dramática para as instituições brasileiras. Não se viu nada tão devastador e perigoso desde que iniciamos a construção da democracia: há 20 anos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a será atendido tanto quanto à transcrição dos documentos como nessa outra parte. Levaremos as notas taquigráficas ao conhecimento do Presidente da Casa para as providências cabíveis.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, estamos enveredando por um caminho difícil.

Primeiro, começam a surgir denúncias de corrupção, que já vêm de longa data. Não começou agora essa corrupção. Como falaram os que me antecederam, devemos achar uma fórmula de punir os corruptos e os corruptores. A corrupção grassa neste País porque os corruptores praticamente nunca foram punidos. Temos que criar uma forma de punir os corruptores.

Agora começam a chegar envelopes com pó branco; chegou no gabinete do Deputado Rodrigo Maia, Líder do PFL na Câmara, e, hoje de manhã, no gabinete do Senador Arthur Virgílio Neto. Isso é uma forma de luta política chamada terrorismo. Espero que o Brasil não enverede por esse caminho.

Lamento muito que isso esteja ocorrendo. Espero que seja pó inofensivo, mas sugiro às pessoas que tiveram contato com esse pó que tomem todas as providências médicas cabíveis. O bacilo **anthracis**, que é o pó que usam nos Estados Unidos e em outros países, é uma bactéria de alta virulência, com índice de mortalidade altíssimo, de mais de 90%, se não forem tomadas providências imediatas; ou seja, de cada 10 infectados, nove morrem.

Esse é um caminho pelo qual não queremos enveredar. Queremos democracia, queremos que melhore a vida das pessoas. O caminho em que este País estava, em que se permitiu essa história do mensalão, essa história de mesada, de compra de Deputados e de corrupção, não é o caminho que queremos, não é o caminho que as pessoas querem. Aliás, graças a Deus, neste Parlamento, uma minoria é corrupta. Quem estiver recebendo mesada, quem estiver recebendo dinheiro por fora é corrupto. As leis têm que ser mudadas.

Em relação à imunidade parlamentar, que as pessoas procuram para isso, realmente temos que tomar uma providência para acabar, para evitar que pessoas que estão sendo processadas se candidatem a cargo eletivo para adquirirem imunidade e se defenderem de atos e fatos que fizeram antes de ser parlamentares ou durante algum mandato.

Fiquei triste quando li hoje sobre esse pó nesses envelopes e fiquei mais preocupado ainda quando o Senador Arthur Virgílio me falou que um assessor dele tinha aberto um envelope com pó branco.

Não é esse o caminho que o povo quer. Não é esse o caminho da democracia, da República. Somos uma República e temos que respeitar as pessoas, respeitar

o pensamento das pessoas. Fazer terrorismo para quê? Certamente, estão fazendo isso para proteger os corruptos. Mas este é o caminho dos corruptos: eles começam com corrupção, roubando o dinheiro da merenda escolar, o dinheiro dos hospitais, o dinheiro dos pobres – já vi pacientes com câncer sem remédio, analgésico, por causa da corrupção –, o dinheiro das escolas e das estradas. E se associam com o crime organizado.

Temos que tomar uma atitude. Os parlamentares que não concordam com nada que está acontecendo têm que se reunir, pensar e achar um caminho. Daqui a pouco, vão começar a soltar bomba nesta Casa para fazer terrorismo.

Este caminho que está começando a aparecer, que começou a ser trilhado de ontem para hoje não é o caminho que o Brasil quer que tomemos, o caminho do terrorismo. Temos que tirar, temos que cortar na carne. Quem tiver comprovada a culpa, ou se houver um alto indício realmente, sem uma defesa que justifique, deve ser punido, punido de acordo com a lei, tendo amplo direito de defesa, mas deve ser punido.

Em relação às prisões que estão ocorrendo neste Governo também, dos colarinhos brancos, talvez seja uma forma truculenta. Mas é a primeira vez que pessoas que roubam o dinheiro da merenda escolar, das estradas, dos hospitais estão sendo presas neste País. Também os sonegadores de impostos têm que ser presos. No outros países eles o são, por que aqui não o são? Por que são privilegiados?

Quando deixamos um sonegador de imposto solto, fazendo o que quer, estamos prejudicando quem paga imposto direito, quem trabalha de acordo com a lei, quem assina a carteira dos seus trabalhadores, quem cumpre os seus deveres.

Faço um apelo às pessoas que estão tomando essa atitude, mesmo que seja a título de brincadeira, pois quem abre um envelope com pó só vai descobrir que é inofensivo depois de 72 horas e passa por um período de grande sofrimento, de grande constrangimento. Faço um apelo às pessoas envolvidas que não enveredem por esse caminho, porque esse não é o caminho que vai resolver os problemas do Brasil. O caminho que vai resolver os problemas do Brasil é o caminho da moralidade, da coisa certa, de punição dos corruptos e dos corruptores. Volto a afirmar: punição dos corruptos e dos corruptores.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Alvaro Dias, Sérgio Guerra e Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e com o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, o agravamento da crise política que permeia o Governo Lula e o consequente desgaste da

imagem do Partido dos Trabalhadores vêm contribuindo de maneira incisiva para a tese que visa acabar com a reeleição. A Executiva do PSDB já havia decidido, por unanimidade, que a questão do fim da reeleição não seria assunto para ser tratado pelo partido e que qualquer iniciativa nesse terreno caberia ao Governo e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Pois bem: a matéria intitulada "Humberto Costa rejeita reeleição e defende mandato de cinco anos", publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, do dia 13 de julho do corrente, já mostra essa iniciativa por parte do PT. Ressalto que é o próprio Partido dos Trabalhadores que está pedindo o fim da reeleição. Primeiro, foi o Senador

Cristovam Buarque; agora, o ex-Ministro da Saúde e Secretário de Comunicação do PT, Humberto Costa.

Sr. Presidente, é nesse contexto que requeiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO

BRASIL

Humberto Costa rejeita reeleição e defende mandato de cinco anos

LUCIANA CONSTANTINO

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Ex-ministro da Saúde e agora Secretário de Comunicação do PT, Humberto Costa, defendeu ontem em entrevista à Folha o fim da reeleição.

Ele é o segundo ex-ministro a defender o fim da reeleição. O senador Cristovam Buarque (PT-DF), que ocupou a Educação no primeiro ano do governo Lula, também sugeriu que fosse encaixada proposta ao Congresso sobre o assunto. Setores da oposição e do governo vêm conversando sobre a questão diante do agravamento da crise política. Leia a seguir trechos da entrevista.

★

Folha - Haverá tempo até a eleição do PT, em setembro, de tentar resgatar a imagem do partido diante da crise?

Humberto Costa - Precisamos conduzir o partido até a eleição, que será um momento de renovação. Do ponto de vista imediato, a população quer ação do PT no sentido de explicar de forma transparente e apurar as denún-

cias. Acho possível resgatar a imagem do partido. Talvez não de para concluir, mas avançará. O partido está sangrando.

Folha - Onde o PT errou?

Costa - Não tenho condição de fazer pré-julgamento. Teremos em breve um diagnóstico.

Folha - A reforma ministerial para incluir o PMDB veio em um momento acertado?

Costa - Ela veio para fazer algo extremamente necessário para nós e nosso governo, que é a garantia de sustentabilidade.

Folha - Mas o apoio no Congresso não mudou.

Costa - Eles [ministros do PMDB] poderão fazer a interlocução com os governadores e com o segmento de oposição no PMDB.

Folha - O sr. acha viável acabar com a reeleição?

Costa - Nenhum deveria ter sido criado. Só é radicalmente contra a reeleição. Acho que o ideal era mandato de um ano a mais [cinco anos no total] sem direito à reeleição. Por conta da reeleição, todo mundo que entra no governo já é candidato desde o primeiro dia. Então vai enfrentar oposição sistemática, dura, porque o tempo

todo está antecipando o debate eleitoral que vai acontecer anos depois. O próprio governo ou governante passa a cobrar resultados que viabilizem a reeleição.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer um breve comentário sobre as denúncias de corrupção nos Correios e os supostos pagamentos de propina aos deputados do PTB, PL e do PP, conhecida como “mensalão”, e seus reflexos na imagem do PT e do Presidente Lula.

Marcos Valério não agüentou a pressão e acabou desvendando a história secreta de repasses de dinheiro do PT para outros partidos. Delúbio Soares confirmou o “caixa dois” do PT. O Deputado João Batista foi pego com malas contendo R\$10 milhões. O ex-assessor do Deputado e irmão do José Genoino, José Nobre Guimarães, foi encontrado com dinheiro na mala e na cueca. E no meio disso tudo Tarso Genro assume a Presidência do PT e tenta resgatar a ética perdida do partido.

Portanto, Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que constem dos Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, quero dizer que o editorial de ontem, dia 21 de julho de 2005, do jornal **Folha de S.Paulo**, intitulado “Escárnio à Nação”, expressa com muita sobriedade o momento de perplexidade que estamos vivendo, em face das relações de promiscuidade estabelecidas entre alguns integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo com a participação da alta cúpula partidária.

“Tudo aquilo que os antigos campeões da moralidade política condenaram ao longo de anos de militância oposicionista foi posto em prática – e as justificativas apresentadas, com o concurso do próprio presidente Lula, vão se mostrando um verdadeiro escárnio à Nação.”

Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a a transcrição também da íntegra do referido editorial do jornal **Folha de S.Paulo** nos Anais desta Casa.

Nesse contexto, Sr. Presidente, eu gostaria de ressaltar que a estupefação está incorporada ao cotidiano da Nação, diante de demonstrações explícitas de escárnio à inteligência do povo brasileiro e de depoimentos como o do “doutor cinismo”, ontem na Comissão Parlamentar Mista “dos Correios”.

É assombrosa a “devastação”, via partidarização, promovida pelo Governo Lula na máquina de Estado. No Banco do Brasil, por exemplo, a crise expôs de que forma uma instituição, até então mantida à mar-

gem de influências partidárias, foi transformada num espaço de “Pizzolatos”. Após a eleição do Presidente Lula, dos 33 cargos de direção do Banco do Brasil, 21 foram trocados e os mais cobiçados postos entregues aos petistas de carteirinha.

No contexto da conjuntura econômica, Sras e Srs. Senadores, eu gostaria de ressaltar que a dívida do Governo em títulos ultrapassou R\$900 bilhões pela primeira vez na história. Em junho, essa dívida cresceu 1,98%, ou R\$17,58 bilhões, e chegou a R\$905,51 bilhões.

A maior parte desse aumento (R\$13,28 bilhões) é consequência da incidência de juros sobre a dívida.

Entre setembro do ano passado e maio deste ano, a taxa básica de juros, a Selic, passou por nove elevações e agora está em 19,75% ao ano.

O fato de a Selic estar em um patamar muito elevado é danoso para a dívida pública porque mais da metade dos títulos são remunerados por essa taxa. Ou seja, quanto mais sobe, mais alta fica a dívida brasileira.

O Brasil figurou, em junho, como o país que praticou as maiores taxas de juros do mundo, tanto nominais quanto reais, segundo relatório divulgado pela GRC Visão. O relatório traz um ranking com 40 países, listados de acordo com suas respectivas taxas.

Em 19,75% ao ano, a taxa Selic é a maior taxa básica de juros do planeta, seguida da taxa básica de juros praticada na Venezuela (17% ao ano) e na Turquia (14,3% ao ano). Na quarta e na quinta posição aparecem a Rússia (13% ao ano) e o México (9,7% ao ano).

No que diz respeito aos juros reais, considerando os últimos 12 meses e descontando a inflação do período, os juros reais brasileiros são os maiores do mundo. Hoje os juros reais no Brasil são 14%.

Os juros reais praticados na Turquia aparecem em segundo lugar (8,5% ao ano) e os praticados na Hungria em terceiro (7,5% ao ano). No outro extremo, vale citar, aparecem a Argentina (-5,2% ao ano) e a Grécia (-1,6%), com taxas de juros reais negativas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**AMAURY RIBEIRO JR., SÔNIA
FILgueira e TALES FARIA**

Uma semana antes de depor na CPI dos Correios, na quarta-feira 6 de julho, o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza confessou a um amigo em Belo Horizonte que, sentindo-se abandonado, pretendia abrir o bico. "Na quinta-feira, o Brasil será outro país", disse ele, nervoso. Valério disse mais: "O Jefferson (Roberto, ex-presidente do PTB) está confundindo as coisas. Não sei de mesada ou mensalão para os deputados e sim de um repasse de dinheiro para as principais lideranças dos partidos." Ao mesmo amigo, ele afirmou que, desde 2002, financiava candidaturas de políticos para governos estaduais e para o governo federal como contrapartida dos contratos de publicidade que mantinha no setor público. Na conversa com o amigo, Valério deixou claro que estava prestes a adotar para si a mesma estratégia de Jefferson: espalhar a lama para não ficar sujo sozinho. Como alvo principal de seus ataques, escolheu as agências de publicidade paulistas, que, a exemplo da SMP&B e da DNA, tam-

bém financiariam candidaturas em troca de contratos gratuitos com o poder público. "Vou explodir essas agências paulistas. Até agora, só eu estou sendo responsabilizado", disse. Aconselhado por amigos e militantes do PT, o publicitário recuou de seu roteiro-bomba e deu um depoimento pívio à comissão. Acabou acusado de mentir várias vezes. Chegou a negar o empréstimo ao PT junto ao Banco Rural, que ele mesmo avalizou. No início da última semana, pressionado por dívidas, pela mulher e sócia, Renilda Santiago Fernandes de Souza – ele estaria até dormindo no sofá da sala –, e por seus advogados, Marcos Valério mudou de tática outra vez e desembarcou em Brasília na quinta-feira, como um autêntico homem-bomba, na sede da Procuradoria Geral da República. Ali ficou oito horas diante do procurador-geral Antônio Fernando Souza, a quem entregou documentos, citou nomes, revelou esquemas e jurou contar tudo, em troca de proteção policial e das vantagens da delação premiada como testemunha preferencial.

Dias antes, na segunda-feira 15, sentindo que o amigo fraquejava, o tesoureiro do PT Delúbio Soares fez

uma viagem suicida a Belo Horizonte para uma tensa reunião com Valério. Não avisou a ninguém do partido. No encontro, Valério teria ameaçado contar tudo o que sabe, caso o PT não se empenhasse em resolver seus problemas financeiros. O publicitário estaria exigindo que o Banco Central autorizasse a venda do Banco Mercantil de Pernambuco, em processo de liquidação, para o Banco Rural, coisa que lhe renderia uma boa comissão. A tentativa desesperada de Delúbio fracassou. Na sexta-feira 15, Valério divulgou uma nota e deu uma entrevista ao *Jornal Nacional* na qual apresentou uma nova versão para os saques milionários feitos nas contas de suas empresas: seriam empréstimos ao PT. Ele não quis dizer o montante, mas revelou que tudo foi combinado com Delúbio, inclusive os nomes de quem deveria sacar o dinheiro.

Um dia antes, acompanhado de seus advogados, Marcos Valério se apresentou ao procurador-geral da República e prestou um depoimento sobre as operações que fez com partidos da base aliada. O relato foi reforçado por documentos que mostravam como ele e suas empresas sustentavam o finan-

O HOMEM QUE SABE DEMAIS

**Acuado, Marcos Valério desvenda a história secreta do
vai-e-vem de dinheiro repassado para o PT e outros partidos**

ciamento de campanhas petistas e de outros partidos, além de rechear o bolso de alguns líderes. No meio da papela, Marcos Valério apresentou extratos bancários, além de operações de ingresso e remessa de dinheiro para o Exterior via doleiros. Uma das contas operadas, segundo a secretária Fernanda Karina Somaggio, foi aberta no banco Merryl Linch. O depoimento caiu como uma luva no MP, que já investiga as movimentações de todas as agências de propaganda que têm contratos com o governo desde 1999. Porém, mais do que isso, ajudou a iluminar como funcionaria o esquema de financiamento de partidos instalados no poder no Brasil.

Como peças de um enorme quebra-cabeça, os depoimentos de Valério e dos principais envolvidos na maior crise política dos últimos 15 anos começam a dar sentido aos documentos obtidos pelo Ministério Público, pela Polícia Federal e pela CPI. Revelam o desenho dos meandros do que Roberto Jefferson denunciou como mensalão, a tal propina que o governo estaria pagando a parlamentares da base aliada para votarem a favor dos projetos de interesse do Palácio do Planalto em tramitação na Câmara. A conclusão a que os investigadores estão chegando é que realmente haveria pagamentos mensais a políticos, mas essa não era a praxe. Também não está clara ainda a relação direta entre a aprovação de projetos e a distribuição de dinheiro que Jefferson estabelece. Parece mais um esquema de luta pela engorda de agremiações. Mas já foi constatado um grande duto de dinheiro entre o PT e os partidos aliados, como PTB, PL, PP e até PMDB. Por trás de tudo figurariam as fontes pagadoras: doações feitas pelo caixa 2 de empresas a título de contribuições para campanhas e até mesmo o dinheiro de propina obtido por funcionários com cargos de confiança no governo e apadrinhados pelos partidos. A crise do mensalão parece ter revelado que o sistema de financiamento político está podre.

Canal direto — Para autoridades envolvidas nas investigações, também há indícios de que o publicitário tinha um canal direto com o PMDB, por intermédio do ex-líder do partido na Câmara, José Borba (PR). Suas relações com

o partido começaram, anos atrás, com a ajuda do atual vice-presidente da República, José Alencar (PL-MG), ex-PMDB. O sobrinho de Alencar, Daniel Freitas, que morreu em 2002, foi um dos fundadores da DNA. Com sua morte, a participação foi transferida para sua mulher, Margareth Maria Queiroz Freitas, sócia de Valério até hoje. Os vínculos com o vice-presidente não param por aí. Uma outra sobrinha de José Alencar, Simone Freitas, é casada com Márcio Hiram Guimarães Novais, sócio de Marcos Valério na Estratégica Comunicação Ltda. Criada às vésperas das eleições de 2004, a empresa operou o financiamento de Marcos Valério às candidaturas do PT para as prefeituras de Osasco, Itabira, Petrópolis e São Bernardo do Campo. “O Márcio Hiram era o operador político de Marcos Valério”, disse a ISTOÉ a ex-secretária Karina. Valério adora um vice. Tanto que foi sócio na agência SMP&B do vice-governador de Minas, Clésio Andrade, dirigente da Sindical Patronal dos Transportes (CNT), hoje seu dílito; inimigo.

O publicitário revelou que suas empresas financiaram praticamente todos os gastos das campanhas de Osasco e de outras prefeituras. Além disso, acreditam integrantes da CPI, Valério se encarregava de legalizar com notas frias todo o dinheiro que conseguia. Em Belo Horizonte, a polícia civil apreendeu 12 caixas de notas prestes a ser incineradas. Boa parte delas foi emitida em nome de empresas e órgãos públicos que mantinham contratos com empresas do publicitário. Embora a Estratégica tenha gasto mais de R\$ 1 milhão com a campanha de Osasco, o PT comunicou ao TRE despesas de apenas R\$ 130 mil com a agência de publicidade. Ou seja, a especialidade do publicitário seria a arrecadação de fundos para campanhas e a legalização da origem do dinheiro e dos gastos feitos. Marcos Valério diz a interlocutores ter prestado os mesmos favores a políticos do PSDB.

Depoimentos colhidos nos últimos dias reforçam a tese de que o publicitário agia como um arrecadador-esquenador de dinheiro para financiar despesas de partidos. Emerson Palmieri, tesoureiro informal do PTB, disse em depoimento à Corregedoria da Câmara, em 28 de junho, que Marcos Valério foi designado pelo PT para conseguir por

meio de empresários os R\$ 20 milhões ao partido. Segundo Palmieri, caberia ao publicitário buscar meios para legalizar a transação. “O Marcos Valério ia cuidar dos recibos para a doação, ia ajudar a legalizar”, afirmou o tesoureiro. Ele revelou ainda que Marcos Valério chegou a participar de pelo menos uma das quatro ou cinco reuniões entre as cúpulas do PT e do PTB em que foi acertado o repasse. As evidências do esquema começam a brotar, agora, de todos os lados — inclusive dentro do PT. Na semana passada, Delúbio depôs na Polícia Federal e admitiu que desde 2002 Marcos Valério intermediava encontros da direção do partido com empresários. O ex-tesoureiro reconheceu que foi Valério quem apresentou a ele os diretores dos bancos BMG e Rural. A desenvoltura empresarial de Valério era tão grande que, segundo Delúbio, foi ele o promotor de uma visita do ex-presidente do partido José Genoino à siderúrgica Usiminas. Apesar dessa intimidade com homens do dinheiro, Valério não ensinou aos executivos do PT como tratar do próprio dinheiro. O novo tesoureiro, deputado José Pimentel (CE), sucessor de Delúbio, encontrou um rombo de R\$ 20,4 milhões nos cofres do PT. Gente mais informada diz que o rombo chega a

RS 72 milhões. O novo secretário-geral do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP), passou na sexta-feira um atestado público de inépcia ao velho grupo dirigente do partido: “Houve falta de planejamento, houve algum grau de descontrole, de despesas, para um partido que precisa muito mais de militância do que de estrutura física.” Pura verdade: a sede nacional do PT, no Centro Empresarial Varig, fica do outro lado da rua do Brasília Shopping, onde funciona, no nono andar, a modesta sucursal do Banco Rural. O bunker do PT é vistoso e moderno. Muito mais do que a sucursal do banco. Esta confusão explica muita coisa. ■

Com os nervos à flor da pele

Tempos muito estranhos em Brasília: general vazando documento interno do Serviço Secreto para CPI, polícia apreendendo documentos nas salas da Corregedoria Geral da Receita Federal. Num mesmo dia, personagens surpreendentes, aparentemente aliados, invadiram a crise política com atitudes de hostilidade mútua que mostram o nível de tensão crescente que domina o governo e o Congresso. Na tarde da quarta-feira 13, cópia de uma mensagem eletrônica transmitida uma semana antes pela rede interna aos 1.700 funcionários da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) incendiou a CPI dos Correios. O líder do PFL na Câmara, deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), leu o trecho em que um depoente da semana anterior, o agente Edgar Lange, o Alemão, era tratado no texto como “um verdadeiro herói ao enfrentar as bestas-feras em pleno picadouro”. O caldo entornou com o nome do signatário: Mauro Marcelo de Lima e Silva, o próprio diretor-geral da Abin. Deputados e senadores, até do PT, se revoltaram. “Este funcionário público não tem o direito de ofender o Parlamento”, reagiu o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP). “Não admito que esse aprendiz de araponga incompetente ofenda a CPI, nem tampouco a instituição”, decretou o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), selando a sorte do chefe dos espiões. No inicio da noite, ao voltar de férias em Miami, Mauro Mar-

celo foi direto para o Planalto, onde recebeu o bilhete azul das mãos do presidente em exercício, o vice José Alencar. Minutos antes, o ministro Jaques Wagner, estreando na função de articulador político, acertou a demissão com um telefonema para Lula, em Paris.

No ninho dos arapongas, o general Jorge Félix é apontado como o dedo-duro que repassou a cópia do e-mail de seu desafeto para o líder do PFL. Com um único vazamento, o general acertou dois arapongas: o diretor Mauro Marcelo e o agente Lange, que disse na CPI ter partido do general Félix, em 5 de abril passado, a ordem para que a Abin investigasse a corrupção nos Correios – o ponto de partida da crise. No dia 17 de maio, horas depois de ter recebido a fita com a cena do funcionário dos Correios embolsando R\$ 3 mil, o general mandou suspender a operação. A inconfidência na CPI irritou Félix, que agora teria dado o troco.

Na tarde da quarta-feira 13, cumprindo ordem judicial, dois delegados e cinco agentes da PF invadiram um escritório para busca e apreensão de documentos. O inusitado era o local: a Corregedoria Geral da Receita, que tem acesso a informações sigilosas. Segundo o MP, houve quebra de sigilo de Justiça num processo de 2004 que envolve a importação fraudulenta de 200 mil máquinas de bingo, que teria como mandante Carlinhos Cachoeira, o alvo de Waldomiro Diniz.

AMAURY RIBEIRO JR. E LUIZ CLAUDIO CUNHA

Mais petistas na rede de Valério

Abancada do PT entrou na lista dos acusados de fazer saques nas contas de Marcos Valério, na agência do Banco Rural em Brasília. Um cruzamento feito pelo líder do PFL, Rodrigo Maia, apontou que parlamentares petistas, funcionários e parentes deles estiveram na agência no período em que ocorreram saques milionários na boca do caixa, segundo relatório do Coaf. Maia cruzou os nomes dos que sacaram com a lista dos servidores da Câmara e os parentes dos parlamentares. A CPI dos Cor-

reios não tem, no entanto, nenhuma prova de que os parlamentares e seus familiares tenham feito os saques.

Entre os suspeitos do PT estão o líder do partido, Paulo Rocha (PA), e o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (SP). O levantamento mostra, por exemplo, que entre junho e dezembro de 2003, quando foram sacados cerca de R\$ 120 mil da conta da SMP&B, a servidora Anita Leocade Pereira, lotada no gabinete de Rocha, visitou a agência do banco. “A Anita é minha fun-

cionária, mas que eu saiba somente esteve no shopping em dezembro de 2005, quando foi a uma clínica neurológica”, afirmou o líder. Segundo o levantamento de Maia, a mulher de João Paulo, Márcia Regina Milanesio Cunha, e a secretária do deputado, Silvana Japiassu, também estiveram no banco em 2003 e 2004. Márcia foi ao Rural no dia 4 de setembro de 2003 e Silvana, no dia 16 de abril de 2004. Em defesa prévia enviada à CPI, João Paulo disse que a mulher e a servidora estiveram na agência

do Rural para pagar a assinatura de uma tevê a cabo.

O cruzamento demonstra ainda que Francisco da Silva Neiva e Raimundo Pereira da Silva, funcionários do deputado Paulo Delgado (PT-MG), visitaram a agência em maio de 2003. "Eles foram lá para pagar um serviço de carpintaria e para fazer uma ordem de pagamento", explicou Delgado. Josias Gomes (PT-BA) é o único deputado do partido que foi, segundo a lista, pessoalmente à agência, mas ele garante que não fez saques. "Fui ao banco pedir informações sobre os indicativos econômicos."

Também funcionários do gabinete do próprio Rodrigo Maia aparecem na relação dos que estiveram no Rural. Jairo Antônio Gomes e Antônio de Souza Filho foram ao banco pelo menos 15 vezes, como reconhece o líder do PFL, que anexou recibos de pagamentos, feitos no Rural, referentes a despesas com combustível.

SOB SUSPEITA Assessora de Rocha esteve no Rural

EM BUSCA DA ÉTICA PERDIDA

PT

Tarso Genro assume o PT, enterra a dinastia de Dirceu e quer autonomia do partido em relação ao governo Lula

FLORENCIA COSTA

Uma palavrinha de cinco letras tornou-se mais valiosa do que dinheiro para o endividado PT: ética. Um bem que não tem preço. Uma perda que ameaça jogar na lata de lixo da história a imagem de um partido que conseguiu, durante 25 anos, o feito de conquistar o coração e a credibilidade de boa parte dos brasileiros – sempre tão desconfiados dos políticos. Dinheiro se recupera. Já confiança... Só mesmo com "sangue, suor e lágrimas", como disse o próprio presidente Lula na terça-feira 13, repetindo frase famosa do então primeiro-ministro britânico

Winston Churchill, em 1940, quando preparava o espírito de seu povo para a guerra contra os nazistas. Lágrimas já estão sendo derramadas aos litros por parte de petistas e outros acusados no escândalo do mensalão. Ao ver seu partido debater-se na lama, o presidente Lula tirou três integrantes de sua equipe no Planalto para suar a camisa dentro do PT na planície. Uma tentativa de evitar que o partido se esvai em sangue. Para comandar a "Operação Faxina Ética", Lula escolheu Tarso Genro, ministro da Educação até o dia 27, quando deixará a Pastá para se dedicar de corpo e alma à presidência do partido, no lugar de José Genoino. A intervenção de Lula afastou todos os

dirigentes acusados de envolvimento nas denúncias e que resistiam a abandonar seus postos.

O presidente encarregou mais dois jogadores de seu time para cortar na carne petista. Os ex-ministros Ricardo Berzoini (SP) e Humberto Costa (PE) substituiram Silvio Pereira na Secretaria-Geral e Marcelo Sereno na Secretaria de Comunicação. Coube ao deputado federal José Pimentel (CE) abraçar o abacaxi da Secretaria de Finanças de Delúbio Soares. "O PT deve dar exemplo. O bom exemplo vem de dentro de casa. Se alguém cometeu erro no partido, tem de pagar", avisou Lula. Ao contrário do neto Fernando – atacante do Grêmio (*leia quadro à*

págs. 42 e 43) –, Tarso, 58 anos, foi escolhido por Lula para fazer um complicadíssimo meio de campo no estremerado jogo interno do PT. A desconfiança entre os companheiros é geral. “A crise do partido é muito maior do que a crise política do governo. A crise do partido é de princípios. Nós dilapidamos o nosso capital moral, a nossa referência ética porque não havia duros controles no partido”, reconheceu Tarso Genro, prestigiado por Lula com o convite para acompanhá-lo a Paris, para as comemorações da queda da Bastilha, em 14 de julho de 1789. A Revolução Francesa marcou o fim dos tempos feudais, da monarquia absolutista e iniciou os tempos modernos. Mas esse processo também custou muito sangue nas guilhotinas. O terror da guilhotina política apavora almas petistas em todo o País. Outro ponto de tensão é o destino dos dois dirigentes que são alve de uma Comissão de Ética do partido: Delúbio e Silvio. Ambos são tidos como “homens-bombas”. Com o cerco se fechando em torno dos dois, ficará difícil evitar eventuais expulsões.

Gaúcho de São Borja – terra dos ex-presidentes Getúlio Vargas e João Goulart –, Tarso Genro é hoje o principal teórico do partido, autor de vários livros sobre direito e política. Ex-prefeito de Porto Alegre, é o sétimo a assumir o leme do PT. Se Lula vai tocar o choque de gestão no Planalto, a Tarso caberá fazer a faxina ética e financeira no PT. O Diretório Nacional amarga uma dívida de mais de R\$ 20 milhões. O primeiro passo será dado na terça-feira 19, quando a Executiva Nacional anuncia o plano de reestruturação financeira, com o compromisso de honrar as dívidas. A tarefa mais urgente será livrar-se das dívidas mais suspeitas, contraídas junto ao BMG (R\$ 2,4 milhões) e ao Banco Rural (R\$ 3 milhões), com o aval do publicitário Marcos Valério. Bem que os petistas poderiam ter dado ouvidos a um de seus históricos e mais ilustres companheiros, o publicitário Carlito Maia (já falecido), que dizia: “Quando

a esquerda começa a contar dinheiro, converte-se em direita.”

Tarso foi alçado ao espinhoso posto no sábado 9, em meio à mais dramática reunião da cúpula petista, com direito a choros e xingamentos. Começou ali uma nova era do partido de Lula, com o fim da dinastia de José Dirceu. Há exatos dez anos, o ex-ministro da Casa Civil chegou à presidência do partido – e foi reeleito três vezes seguidas. Dirceu ergueu a máquina burocrática e passou, quando necessário, o trator sobre as correntes radicais. Apesar de hoje ser do mesmo Campo Majoritário, Tarso e Dirceu não são próximos. O ex-prefeito sempre teve voz autônoma e vida própria dentro do partido – daí ser visto com desconfiança pelo caciques que dominavam a legenda.

O novo presidente do PT é amigo de seu antecessor. Tarso e Genoino integraram o PCdoB nos tempos da ditadura e criaram, nos anos 80, uma organização clandestina radical chamada Partido Revolucionário Comunista

DEBACLE Depois de um reinado de dez anos no PT, José Dirceu perde aliados

(PRC). Mas o tempo fez com que ambos fossem ficando cada vez mais moderados. Hoje, no entanto, Tarso defende posturas mais esquerdistas do que seu amigo Genoino. Pai da deputada federal Luciana Genro (expulsa do PT em 2003 e hoje integrante do PSOL) –, ele cita freqüentemente em seus textos o socialismo como uma “idéia reguladora”. Não foi à toa que Lula o escolheu para desascar o abacaxi petista: tem uma experiência de sucesso como governante. Foi prefeito de Porto Alegre em duas gestões, transformando a cidade em uma das vitrines do PT. No governo Lula mostrou jogo de cintura na presidência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – o Conselhão que reúne empresários, sindicalistas, intelectuais para discutir os rumos do governo. Foi promovido na primeira reforma ministerial à Pasta da Educação. Tido como um dos poucos petistas com atuação aprovada – depois de Antônio Palocci (Fazenda) e Dilma Rousseff (primeiro nas Minas e Energia e agora na Casa Civil), Tarso está em alta com Lula.

Ditadura – O novo presidente já demonstrou que pretende fazer do partido uma voz muito mais autônoma em relação ao governo. Sempre defendeu

TRISTE FIM
Genoino teve
que deixar
a presidência
e renunciar à
candidatura na
eleição interna

a separação entre o papel dos partidos e o do Estado. “Subordinar o partido à máquina pública, tornando-o uma autoridade burocrática do Estado, é eliminar uma contradição que é vital para a democracia. O partido-Estado foi uma das características da ditadura burocrática da União Soviética e da ‘ditadura perfeita’ do PRI mexicano”, afirmou em 2003. O PT parece ter ultrapassado esse limite, confundindo-se com o aparato estatal. Lula sempre defendeu que o partido fosse sua “consciência crítica” – como disse, inclusive, no documentário *Entreatos*, do cineasta João Moreira Salles.

A atual crise foi um alerta para o presidente Lula e para os petistas. E a decisão de promover a autonomia foi tomada em conjunto. Daí, as declarações de Tarso – ao lado de Lula na França – defendendo com mais firmeza um modelo de desenvolvimento para o País. Ao apontar para um monitoramento dos ministros do PT, Tarso tomou o cuidado de excluir o ministro da Fazenda. Nome de Lula para disputar a presidência do PT em setembro, Tarso também usa todo o seu jogo de cintura para acalmar os ânimos dos dissidentes petistas, que lançaram candidatos. Prometeu abrir mais espaço para as correntes de esquerda: “Um partido unânime é um partido morto: ou ele é dominado pela burocracia ou é stalinista e fascista.” Estudioso da esquerda mundial, Tarso conhece como poucos a triste história dos partidos da social-democracia europeia que sucumbiram com as denúncias de corrupção. “O que ocorreu de negativo no Partido Socialista Operário Espanhol, com vários de seus quadros indo parar nas prisões, deve servir de referência negativa para nós”, advertiu Tarso em um artigo no primeiro ano do governo Lula. A nova direção assumiu cheia de promessas. Mas a descrente opinião pública está como São Tomé: só vai acreditar vendo.

SANTA MALA!

Ex-integrantes da Universal acreditam que os R\$ 10 milhões apreendidos seriam utilizados em alguma compra ou negociação entre políticos da igreja

GILBERTO NASCIMENTO

Há males que vêm para o bem e males que vão para Belém, diz a piada. Mas, na Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo, malas cheias vão para todos os lados, há muito tempo. O que se viu na segunda-feira 11, no aeroporto de Brasília – a apreensão pela Polícia Federal de R\$ 10,2 milhões em sete malas com o bispo e deputado federal João Batista Ramos (PFL-SP), num avião da Universal –, é fato comum, relatam ex-integrantes da igreja. Tanto que um dia antes, no aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, outros dois políticos da igreja, o deputado George Hilton (PFL) e o vereador Carlos Henrique (PL), foram pegos com 11 malas lotadas de dinheiro e liberados, sem que ninguém soubesse do fato no dia.

Um dos “laranjas” na compra da TV Record Rio, José Antonio Alves Xavier, também confirmou em depoimento à PF que a negociação, em junho de 1992, foi

paga em espécie. Na oportunidade, disse ter visto “uma quantidade enorme de dinheiro acondicionada em malas”, além de “farto armamento de grosso calibre”. Agora, em nota oficial, a Universal garantiu que o dinheiro veio de doações. Mas soou estranho para ex-integrantes da igreja a grande quantidade de notas de R\$ 100 e R\$ 50. Os fiéis são, em sua quase totalidade, pessoas de origem humilde, que não costumam doar notas de alto valor. Alguns maços de cédulas também tinham números em série e passaram por bancos, segundo a PF. Uma das hipóteses é a de que a Universal iria fazer algum pagamento.

Escondendo o jogo – Há um mês, ISTOÉ recebeu informação de um ex-funcionário de que um avião da igreja saiu uma vez por semana de São Paulo para recolher malas de dinheiro em capitais como Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Goiânia. Mas o informante não forneceu detalhes sobre locais, dias e horários. Outro ex-integrante revelou que Edir Macedo teria dado uma bronca nos parlamentares eleitos pela Universal, em reunião no dia 19 de junho na sede da avenida Suburbana, no Rio, porque eles não estariam repassando recursos que pertenciam à Universal. Aos gritos, diante de três parlamentares (entre eles João Batista), Macedo teria vociferado: “Tem gente escondendo o jogo. Os cargos públicos são da Universal e tem

que dar tudo para a igreja.” Por trás dessa cobrança estaria uma guerra surda entre a cúpula da Universal e o deputado e ex-bispo da Universal Carlos Rodrigues (PL-RJ), envolvido no caso Waldomiro Diniz e acusado por Roberto Jefferson de ser um dos distribuidores do mensalão.

Por outro lado, o deputado João Batista, expulso do PFL na terça-feira 12, não é um neófito. Ex-presidente da Rede Record, responde a inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) por crimes de falsidade ideológica e contra a ordem tributária. Após sua eleição, em 2002, seu nome apareceu como sócio da TV Cabralia, da Bahia, o que é vetado pela Constituição e pela Lei Federal 10.610/2002. No inquérito, também consta o bispo e senador Marcelo Crivella (PL-RJ), apontado como sócio-proprietário. Documentos da Receita Federal ainda mostram que, em 1994, o patrimônio do deputado foi “substancialmente aumentado” com a aquisição de cotas da TV Goya, de Goiânia, no valor de 4,9 milhões de Ufirs (hoje, R\$ 5,2 milhões). Para a Receita, esse acréscimo foi “acobertado” por empréstimos “não confirmados pelo Banco Central”, vindos das empresas Investholding, das Ilhas Cayman, e Cableinvest, das Ilhas Jersey, que seriam dirigidas, segundo a Procuradoria Geral da República, por Marcelo Crivella. Outra curiosidade: o avião onde estavam os R\$ 10 milhões – um Cessna modelo 525 Citation, prefixo PT-MJC – foi adquirido em 1996 por R\$ 2,5 milhões (R\$ 5,7 milhões em valores atuais) pela Cremo Empreendimentos e pela Rádio Record. ■

Ninguém assume o cifrão na cueca

O ex-assessor petista José Adalberto Vieira da Silva (foto), aquele mesmo que foi preso ao tentar viajar com uma mala de dinheiro e com milhares de dólares escondidos na cueca, foi solto pela Justiça na noite da quarta-feira 13. Mas a história ainda precisa ser esclarecida. Vieira era assessor do deputado estadual cearense José Nobre Guimarães, irmão do ex-presidente do PT José Genoino. Uma das linhas de investigação é a de que o valor seria entregue a petistas do Campo Majoritário, a corrente política da qual fazem parte Genoino e seu irmão. O curioso é que nenhum dos envolvidos assume ser o proprietário do dinheiro. Enquanto se aguarda uma solução para o caso, não param de sair piadas sobre o escândalo do cifrão da cueca.

Brasil

“POR RAZÕES DE ESTADO”

Foi essa a frase que o irmão de Genoíno teria usado para pedir a um advogado que assumisse os dólares da cueca

Juliana Linhares, de Fortaleza, e André Rizek

Há pelo menos um petista mentiroso nessa história. Na semana passada, o deputado estadual José Nobre Guimarães (PT-CE), irmão do ex-presidente do PT José Genoíno, veio a público para dizer que nada tinha a ver com os 100 000 dólares que a Polícia Federal encontrou escondidos sob a cueca de seu assessor, José Adalberto Vieira da Silva. Afirmou que nem mesmo sabia que o assessor havia viajado para São Paulo, onde foi preso no último dia 8, com mais 200 000 reais em uma sacola. Em sua defesa, Guimarães sugeriu que o dinheiro encontrado pela polícia se destinava a engordar um negócio particular de seu assessor. Exibiu um documento indicando que Adalberto e um outro funcionário de seu gabinete haviam recentemente aberto uma empresa de locação de carros em Fortaleza. E apresentou o tal outro funcionário: José Vicente Ferreira, que confirmou a existência do negócio e declarou que Adalberto havia lhe dito que conseguiria o dinheiro para o empreendimento com um advogado chamado Kennedy Moura. O advogado, fundador do PT no Ceará e até três meses atrás membro da executiva do partido no estado, vem a ser um velho amigo do deputado Guimarães. Foi a primeira pessoa para quem Adalberto ligou depois de ser preso. E co-

OMERTÁ

**Adalberto Vieira da Silva,
o homem da cueca:
solto depois de seis
dias preso na PF, não deu
nem um pio até agora**

meça aí o embate de versões entre os petistas. Moura desmentiu a versão apresentada pelo amigo Guimarães — de que teria prometido colocar dinheiro no negócio de Adalberto — e afirmou que o deputado lhe pediu que assumisse a responsabilidade pelo dinheiro encontrado pela polícia. “Ele disse que o pedido era em nome de razões de Estado” (veja entrevista na pág. 68).

Moura, segundo declara, foi indicado pessoalmente pelo presidente Lula para ocupar uma diretoria no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) em 2003. Diz que, na ocasião, preferiu aceitar o convite para ser chefe de gabinete do petista e economista Roberto Smith, indicado pelo deputado Guimarães para presidir o Banco do Nordeste. Em dezembro de 2004, Moura foi acusado de intermediar um contrato, feito sem licitação, entre a empresa Cobra Tecnologia e o Banco do Nordeste. O contrato, no valor de 130 milhões de reais, teve oito dos nove itens rejeitados pelo Tribunal de Contas da União. Moura pediu exoneração do cargo, mas, no lugar da demissão, ganhou uma promoção. Tornou-se assessor especial do Banco do Nordeste em Brasília.

Desde o estouro do episódio já batizado de “Cuecagate”, seu principal protagonista permanece mudo. Adalberto, o assessor flagrado com a dinheirama, diz que só fala em juízo. O problema é que a Justiça entendeu que o fato de ele carregar dinheiro escondido não configura, em si, um crime. A decisão da Justiça resultou na soltura do assessor, na última quarta-feira, e num entrave para as investigações. A polícia agora tem de encontrar provas de que a origem das notas é ilícita. Só assim o inquérito poderá virar um processo judicial que possibilite que Adalberto seja denunciado e, assim, obrigado a falar em juízo. Depois de ser libertado da carceragem da PF em São Paulo, onde permaneceu por seis dias, Adalberto hospedou-se na casa de um de seus advogados, José Ro-

(*) Original ilegível fornecido pelo autor.

NÃO É COMIGO

berto Leal de Carvalho. Um dos mais famosos e caros criminalistas do Brasil, Leal de Carvalho defende, entre outros clientes, Paulo Maluf, ex-prefeito de São Paulo. Para poder pagar um profissional desse naipe, deve haver mais cuecas com dólares por aí.

Até o momento, investigações feitas pela Polícia Federal apontam para uma possibilidade: a de que Kennedy Moura mente quando diz não ter nenhum envolvimento com o dinheiro que o assessor do deputado Guimarães tentou embarcar para Fortaleza. O Banco do Nordeste, para o qual o advogado trabalhava, é uma instituição pública federal que atua nos estados do Nordeste, no norte de Minas Gerais e no Espírito Santo. Tem agências também em São Paulo e no Rio. Seu objetivo é apoiar iniciativas privadas que promovam o desenvolvimento regional. O Ministério Público do Ceará tem indícios de que Moura, de seu posto em Brasília, tinha o poder de comandar uma rede nacional de superintendentes do banco que liberava, a título de empréstimo, vultosas somas para empresários de diversos estados do país, em especial de São Paulo. A PF tem conhecimento de pelo menos um superintendente do Banco do Nordeste em São Paulo, supostamente ligado a Moura, que foi demitido sob acusação de fraude. O procurador Márcio Torres, responsável pelas in-

O deputado Guimarães, irmão do ex-presidente do PT José Genoino: cueca? Que cueca?

vestigações sobre o caso no Ministério Público Federal do Ceará, diz que o principal interesse do MP é saber se esses empréstimos eram mesmo concedidos. Há suspeitas de que eles poderiam ser apenas uma forma de "lavar" um dinheiro que voltaria mais tarde para as mãos de quem os teria liberado. A julgar por esse raciocínio, Adalberto teria agido como "mula" da operação.

Na quinta-feira, véspera de sua prisão, Adalberto esteve no escritório particular de José de Freitas, diretor administrativo do Grupo Cavan, da área da construção civil, em São Paulo. Freitas prestou depoimento à polícia e suas explicações sobre o motivo do encontro com Adalberto foram consideradas pouco convincentes pelos investigadores. Em entrevista à VEJA Moura negou conhecer Freitas, mas revelou ter estado em São Paulo dois dias antes da prisão de Adalberto. Diz ter vindo visitar um escritório de advocacia. "Retornei para Brasília na mesma noite e jantei com o deputado Guimarães." A se confirmar a hipótese da polícia, sobre o envolvimento de Moura no esquema, o próximo passo da investigação será descobrir se ele agia em benefício próprio ou sob o comando de um esquema maior, ligado ao partido ao qual declara orgulhosamente pertencer há 25 anos. ■

"LULA ME INDICOU PARA O GOVERNO

Kennedy Moura diz que conhece presidente há mais de 25 anos, que foi indicado por ele para um cargo no governo.

POR QUE ADALBERTO LIGOU PARA O NHOR QUANDO FOI PRESO? Porque é advogado. É porque somos amigos. Quando o Adalberto nos encontrou, ele se viu desamparado para a defesa.

QUANDO O SENHOR CONTOU AO DEPUTADO GUIMARÃES DA POSSEÇÃO QUE ELE DISSE? Quando ele falou a mim, eu fui surpreendido. Não. Ele disse: "Graças a Deus".

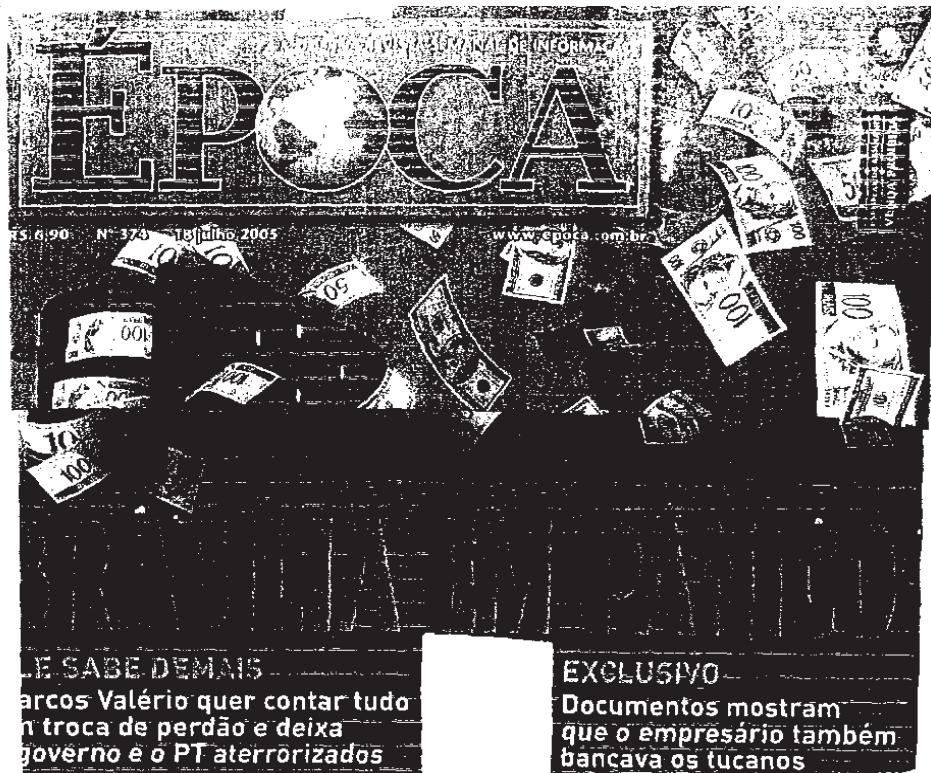
VOCE VOLTARIA SE TIVESSE SABE DO DEPUTADO PRISÃO DE ADALBERTO GUIMARÃES, LIGARIA PRATICAMENTE IMEDIATAMENTE PARA SÃO PAULO. AGORA, VOU LIGAR DE BRASÍLIA.

CONJUNTO CENÔNICO? Ele não é o meu. Pode ser. Ele pode ser. Ele se considera que é o diretor administrativo do Instituto Cavan. Ele é o diretor administrativo do Instituto Cavan. Ele é o diretor administrativo do Instituto Cavan.

O SENHOR TINHA RELAÇÕES COM O PRESIDENTE LULA? Não. Ele é um homem que não é presidente. Ele é um homem que não é presidente. Ele é um homem que não é presidente. Ele é um homem que não é presidente.

QUANTOS VEZES O SENHOR SE ESTEVE COM LULA? Vinte. Não sei exatamente quantas.

QUEM LUSTRA?
O advogado Moura Guimarães pediu para que eu assumisse o dinheiro.



EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

ESCÁRNIO À NAÇÃO

VAI FICANDO cada vez mais claro que os desvios praticados pelo Partido dos Trabalhadores não dizem respeito a um esquema pelo qual irregularidades seriam cometidas em nome de uma causa política —o que, de qualquer forma, caracterizaria corrupção e crime. O depoimento do ex-secretário-geral petista Silvio Pereira à CPI serviu para alimentar ainda mais as suspeitas de que também o enriquecimento pessoal tem sido uma “causa” dos burocratas ou “apparatchiks” (para usar o termo russo) do partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Orientado por seus advogados e protegido por um habeas corpus preventivo, Pereira sintomaticamente negou-se a responder questões relativas a seu patrimônio pessoal. Com efeito, seria muito difícil o depoente esclarecer como o construiu

sem se ver obrigado a mencionar algumas operações heterodoxas.

Salvo fatos desconhecidos, as propriedades do secretário são incompatíveis com seus vencimentos. Seu automóvel, um Land Rover que custou R\$ 75,5 mil, teria sido pago à vista pela empresa vencedora da concorrência para reformar a plataforma P-34 da Petrobras.

Também os dados sobre saques de contas das empresas do publicitário Marcos Valério —feitos por pessoas ligadas a variadas instituições e partidos, entre os quais o PT, como é o caso da mulher do deputado João Paulo Cunha— indicam que o dinheiro não servia apenas para financiar ou saldar dívidas de campanhas, mas para complementar salários.

Perplexos, os brasileiros que acompanham o desenrolar dos depoimentos e das revelações da imprensa

vão assistindo ao desvelamento de um amplo esquema de apropriação da máquina pública e movimentação irregular de recursos orquestrado pela cúpula do PT, com evidentes ramificações no governo federal.

Tudo aquilo que os antigos campeões da moralidade política condenaram ao longo de anos de militância oposicionista foi posto em prática —e as justificativas apresentadas, com o concurso do próprio presidente Lula, vão se mostrando um verdadeiro escárnio à nação.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar artigo de autoria do jornalista Clóvis Rossi intitulado “De bombas e brumas”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 9 de julho do corrente.

Uma diferença entre a crise política do Brasil e os atentados a bomba em Londres é que lá as brumas duraram os segundos que duraram as explosões; depois, cabeça erguida, ao contrário do brasileiro, que está sendo pautado por costumes políticos podres.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

De bombas e brumas

LONDRES - *Estava mesmo precisando sair um pouco do atoleiro em que o Brasil se meteu. Mas não para cobrir atentados a bomba, a pior forma de atoleiro concebível.*

O diabo, de um ponto de vista brasileiro, é que as coisas são menos desgraçadas em uma cidade vítima de atentados do que no Brasil. Depois que você lê as avaliações da crise que têm feito líderes do governo e do PT, depois daquela história idiota da conspiração das élites para depor Lula, você chega a Londres desconfiada de que coisas piores serão ditas aqui, sob o impacto de mais de 50 mortes, o que seria até relevável.

Mas não. Há um sentimento mais ou menos generalizado de que a vida tem de continuar e que não pode ser pautada pelo terrorismo, ao contrário do Brasil, onde está sendo pautada por costumes políticos podres.

Não me refiro às arengas dos líderes políticos, como Tony Blair. Espera-se de governantes que digam mais ou menos o que eles disseram. O que é notável é que cidadãos comuns, alguns deles com dificuldade para falar inglês,

leiam corretamente a situação.

Firaz, por exemplo, sírio, há quatro anos com uma lojinha de doces árabes na Edgware Road (a Beirute londrina, um dos quatro pontos em que estouraram bombas), constata o óbvio: não será com esse tipo de atentados que os terroristas vão dobrar o Reino Unido (ou os Estados Unidos). “Matam apenas pessoas inocentes”, lamenta Firaz.

É óbvio, eu sei. Mas, no Brasil, há tanta coisa óbvia que, mesmo assim, não consegue espaço na cabeça das pessoas. Já não digo das pessoas comuns, mas dos iluminados da política, incapazes de perceber que estão a anos-luz do sentimento da rua.

Consequência: o Brasil vive um momento (mais um, aliás) de atonia, de perplexidade, de falta de rumo, de incapacidade de elaborar um projeto nacional de desenvolvimento, mesmo na paz. Aqui, as brumas duraram os segundos que duraram as explosões. Depois, cabeça erguida, ao contrário do brasileiro.

© -> crossi@uol.com.br

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Má notícia: Lula é menor do que a crise que o engolfa”, de autoria do colunista Josias de Souza, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 3 de julho do corrente.

Em seu artigo o colunista mostra que “Lula terá de cruzar um viaduto que liga o impensável, já descoberto, a malfeitorias ainda insabidas. Tudo porque o partido do presidente, antes idealista, descobriu que poderia lucrar com seu ideal”. Mostra, ainda, que “Lula gosta de dizer

coisas definitivas em seus discursos. Falta agora definir as coisas. Não adianta apenas vociferar que ‘não restará pedra sobre pedra’, que vai ‘cortar na própria carne’.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NO PIANALTO

Má notícia: Lula é menor do que a crise que o engolfa

JOSIAS DE SOUZA
COLUNISTA DA FOLHA

O QUE MAIS assusta na marcha resoluta da estrela do ex-PT rumo à sarjeta não é a sensação de que Lula se converteu num político igual aos demais. Espantosa mesmo é a impressão de que ele se tornou um lilder diferente de si mesmo.

O repórter pensou em sugerir a Lula a leitura de um bom livro: “Why Things Bite Back”, de Edward Tenner. O diabo é que a tradução para o português (“A Vingança da Tecnologia”, editora Campus, 1997) ocupa 474 páginas. Algo intransponível para um presidente que maldiz de auxiliares que ousam entregar-lhe relatórios com mais de duas folhas.

Melhor, talvez, resumir aqui a parte do livro mais valiosa para Lula. Vai da página 22 à 25. Conta a experiência do major John Paul Stapp. Médico e biofísico, Stapp foi selecionado pela Força Aérea dos EUA como cobaiça de testes para medir a resistência humana a grandes acelerações. Desafiou a velocidade pilotando um trenó com propulsão de foguetes.

Em 1949, Stapp bateu o recorde de aceleração. Não pôde, porém, festejar o feito. Os acelerômetros do trenó-foguete simplesmente não funcionaram. Desolado, Stapp encorajou ao engenheiro que o ajudava, o capitão Edward Murphy Jr., diligências para identificar a falha. Não tardou a descobrir que um técnico ligara os circuitos do veículo ao contrário.

No relatório em que informa sobre o malfeito, o capitão Murphy Jr. anotou: “Se há mais de uma forma de fazer um trabalho e uma dessas formas redundar em desastre, então alguém fará o trabalho dessa forma”. Em entrevista a jornalistas, o major Stapp batizou de “Lei de Murphy” o diagnóstico do auxiliar. Resumiu-o assim: “Se alguma coisa pode dar errado, dará”.

Aplicada à gestão do ex-PT, a “Lei de Murphy” ajuda a entender a atmosfera de caos que enreda Lula. O presidente confiou os circuitos de sua gestão a José “Sai Rápido Da!”. Dirceu.

Podendo realizar o trabalho de diversas formas, o ex-chefão da Casa Civil optou por ligar os fios do governo ao contrário. Sobreveio o desastre.

Ignorar não é o melhor remédio para a ignorância. Mas Lula continua sustentando que desconhecia as estripulias atribuídas a Dirceu e a seus dois braços partidários: Delúbio “Unha Encravada” Soares e “Silvíssimo” Pereira. Dar crédito a essa versão significa admitir que o presidente não preside o país.

O comandante de fato foi, até ontem, Dirceu. Mergulhou uma administração que se pretehia diferente no mesmo pântano fisiológico que sugou administrações anteriores. Pôs-sa a tricotar com personagens como Roberto Jefferson, que, para sorte do Brasil e azar do ex-PT, hoje ganha a vida com o suor do dedo.

A medida que a realidade à sua volta se torna inacreditável, Lula vai se distanciando daquele personagem eufórico que tomou posse em janeiro de 2003. Na última quinta-feira, um ministro que se julga condescendedor da alma presidencial disse ao repórter que Lula está deprimido. Oscila entre a apatia e o amargor. Julga-se traído.

Capitaneada à sombra por FHC, a oposição torce para que as investigações não convertam a “traição” em cumplicidade. O ex-presidente tem recomendado cautela ao tucano. Diz que é preciso “balançar a árvore” com cuidado. Sob pena de derrubar do galho o fruto principal.

Por sorte, o alheamento parece não ter privado Lula de lampiões de lucidez. Privadamente, admite que errou ao vitaminar os poderes de Dirceu. Reconhece que falhou ao não impor limites à cobiça do ex-PT. Confessa que descuidou da ocupação predatória da máquina estatal.

Diante de tantos equívocos, a linha que separa o PT do ex-PT tornou-se o caminho mais longo entre um projeto e sua realização. Para chegar ao final de seu mandato, Lula terá de cruzar um viaduto que liga o impensável, já descoberto, a malfeitorias ainda insabidas. Tudo porque o partido do presidente, antes

idealista, descobriu que poderia lucrar com o seu ideal.

Bem geridos, desastres podem se transformar em poderosos instrumentos de mandarim. Certas coisas, disse o capitão Edward Murphy Jr., às vezes só podem dar certo se forem errados primeiramente. A despeito da falha que o desconsolou em 1949, o major John Paul Stapp continuou testando, por mais cinco anos, a resistência do organismo humano à alta velocidade. No seu último teste, em dezembro de 1954, desacelerou de 1.011 quilômetros por hora para zero em 1,4 segundos.

Stapp iniciou, em seguida, uma rotinosa campanha para que os cintos de segurança se tornassem obrigatorios nos automóveis. A “Lei de Murphy”, escreveu Edward Tenner, o autor de “A Vingança da Tecnologia”, “é, de fato, um princípio fatalista, mas um apelo para que todos se mantenham atentos”.

Se quiser levar o que lhe resta de mandato a bom termo, Lula, assim como o major Stapp, terá de testar a sua própria resistência à alta velocidade. O tempo de que dispõe é exígua para as mudanças que terá de operar. Beneficiado com a ausência de Dirceu na sede do poder, Lula serve-se agora de conselheiros mais sensatos. Gente como o ministro Márcio Thomaz Bastos, que sabe que o ilícito só se resolve com apurações francas, feitas com desassombro.

Lula gosta de dizer coisas definitivas em seus discursos. Faltaria definir as coisas. Não adianta apenas vociferar que “não restará pedra sobre pedra”, que vai “cortar na própria carne”. A sobrevivência no governo de “pedras” como Romero Jucá e Henrique Meirelles, ambos encravados no STF, demonstra que Lula hesita até em cortar na “carne” alheia.

A medida que o desprudor do ex-PT vai sendo apurado, o Brasil virá mais uma página de sua história. Para trás. Cabe a Lula demonstrar que ainda reúne condições para mudar a folha de sua própria biografia para a frente. A merecida renovação de promissórias com legendas como o PMDB não

o livrará do risco de passar ao verbete da enciclopédia como o segundo presidente brasileiro a ser infelicitado pelo impeachment.

PS: O repórter informa aos seus (poucos) leitores que entrará em férias a partir de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 30 minutos.)

OS Nº 14807/05

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 16/2005-CN**

**MENSAGEM
N.º 00068, de 2005 – CN
(Nº 0415/2005, na origem)**

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 46.893.589,00 (quarenta e seis milhões, oitocentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orcamentária viaente.”

**Índice de Emendas
PLN: 016/2005 EMENDA**

Total por Parlamentar

JOSÉ DIVINO		
00001 e 00002		2
00006 e 00007		2
ROSE DE FREITAS		
00008 a 00017		10
WILSON SANTIAGO		
00003 a 00005		3

Total de Emendas: 17

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00001****PL 016/2005-CN**

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PAGINA
	PLN - 016-CN-2005	01 DE 01
TEXTO		
SUPLEMENTAR NOMPROMOGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - FINANCIAMENTO PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS - NACIONAL.		
SUPLEMENTAR: ÓRGÃO: 74000 UNIDADE: 74102 FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.846.1172.0021.0001 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90 VALOR R\$ 20.000.000,00		
CANCELAMENTO: ÓRGÃO: 74000 FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.846.1171.0015.0001 VALOR R\$ 20.000.000,00 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90		

JUSTIFICAÇÃO

TEM A FINALIDADE ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE RECUSOS FINANCEIROS PARA A MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO JOSÉ DIVINO	RJ	PMDB
DATA	ASSINATURA		
18/7/2005			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00002

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN - 016-CN-2005

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR NOMPROMOGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - ESTRUTURAÇÃO DE NUCLÉOS PRODUTIVOS DO SEGMENTO ARTESANAL NACIONAL..

SUPLEMENTAR:

ÓRGÃO: 28000

UNIDADE: 28101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 23.691.1016.6514.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99

VALOR R\$ 2.500.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 25000

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.122.0776.1655.0041

VALOR R\$ 2.500.000,00

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

JUSTIFICAÇÃO

TEM A FINALIDADE ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE RECUSOS FINANCEIROS PARA A ESTRUTURAÇÃO DE NUCLÉOS PRODUTIVOS DO SEGMENTO ARTESANAL, BEM COMO AUXILIAR ESSE SEGMENTO ARTESANAL COM A DIVULGAÇÃO NO MERCADO LOCAL E INTERNACIONAL.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOSÉ DIVINO

RJ

PMDB

DATA

18/7/2005

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00003**

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PLN - 016-CN-2005	01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - FINANCIAMENTO PARA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS-NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 74000

UNIDADE: 74102

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.846.1172.0021.0001

GND: 5

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 10.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 74000

GND: 5

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.846.1171.0015.0001

VALOR R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESTRUTURAR E FINANCIAR PARA A MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE MUNICÍPIOS.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO WILSON SANTIAGO

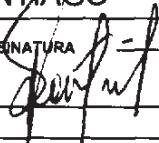
PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

18/7/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00004****PL 016/2005-CN**

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO**PROJETO DE LEI**
PLN - 016-CN-2005**01 DE 01****TEXTO**

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - ESTRUTURAÇÃO DE NUCLÉOS PRODUTIVOS DO SEGMENTO ARTESANAL - NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 28000

UNIDADE: 28101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 23.691.1016.6514.0001

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 3.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 25000

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.122.0776.1655.0041

VALOR R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESTRUTURAR VÁRIOS NUCLÉOS DE PRODUÇÃO DO ARTESANATO.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO**

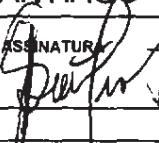
DEPUTADO WILSON SANTIAGO

PB

PMDB

DATA

18/7/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00005**

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO**PROJETO DE LEI**

PLN - 016-CN-2005

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - ESTRUTURAÇÃO DE NUCLÉOS PRODUTIVOS DO SEGMENTO ARTESANAL - NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 28000

UNIDADE: 28101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 23.691.1016.6514.0001

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR R\$ 13.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 740000

UNIDADE: 74102

GND: 3

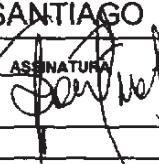
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.846.1171.0015.0001

VALOR R\$ 13.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESTRUTURAR VÁRIOS NUCLEÓS DE PRODUÇÃO DO ARTESANATO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO WILSON SANTIAGO	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
19/7/2005			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00006

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

**PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN - 016-CN-2005**

**01 PÁGINA
DE 01**

TEXTO

INCLUIA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – ESTRUTURAÇÃO DE NUCLEOS PRODUTIVOS DO SEGMENTO ARTESANAL - NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 2800

UNIDADE: 28101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 23.691.1016.6514.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

GND: 4

VALOR R\$ 10.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 28000

UNIDADE: 28101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.846.1171.0015.0001

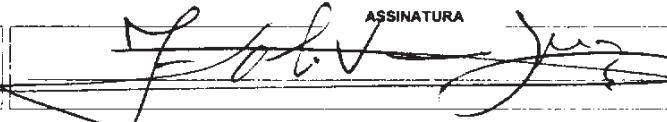
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

GND: 4

VALOR R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

ESTA EMENDA SE OBJETIVA DOTAR ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS EM NIVEL NACIONAL PÁRA AUXILIAR FINANCEIRAMENTE E HABILITAR ARTESÕES ESPELHADOS POR ESSE IMENSO BRASIL. COM ESTA EMENDA., PROCURO DAR MINHA CONTRIBUIÇÃO E AUXILIAR O PRESIDENTE LULA A COLOCAR EM PRÁTICA ESSE AMBICIOSO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE ARTESÕES.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO JOSÉ DIVINO	RJ	PMDB
DATA	ASSINATURA		
19/07/2005			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00007

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN - 016-CN-2005

**PÁGINA
01 DE 01**

TEXTO

INCLUIA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – ESTRUTURAÇÃO DE NUCLÉOS PRODUTIVOS DO SEGMENTO ARTESANAL - NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 2800

UNIDADE: 28101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 23.691.1016.6514.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

GND: 3

VALOR R\$ 10.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 28000

UNIDADE: 28101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.846.1171.0015.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

GND: 3

VALOR R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

ESTA EMENDA SE OBJETIVA DOTAR ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS EM NIVEL NACIONAL PÁRA AUXILIAR FINANCEIRAMENTE E HABILITAR ARTESÕES ESPELHADOS POR ESSE IMENSO BRASIL. COM ESTA EMENDA, PROCURO DAR MINHA CONTRIBUIÇÃO E AUXILIAR O PRESIDENTE LULA A COLOCAR EM PRÁTICA ESSE AMBICIOSO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE ARTESÕES.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

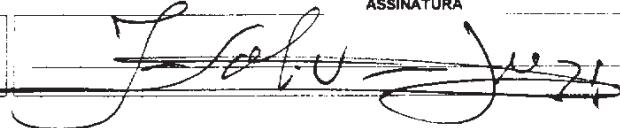
DEPUTADO JOSÉ DIVINO

RJ PMDB

DATA

ASSINATURA

19/07/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00008

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NUMERO
PL Nº 16/ 2005 - CN

PÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Operações Oficiais de Crédito - 74000

Unidade: Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - 74102

Funcional Programática :04.846.1172.0021.0001

Ação: Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – Nacional.

GND: 5 ; MD: 90 ;Valor R\$ 150.000,00

Cancelar

Órgão: Operações Oficiais de Crédito - 74000

Unidade: Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - 74102

Funcional Programática :04.846.1172.0015.0001

Ação: Financiamento para modernização da Administração Fiscal dos Estados - Nacional

GND: 5 ; MD: 90 ;Valor R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Os municípios que, integram a Região Centro-Serrana do Estado do Espírito Santo carecem de modernização da gestão Administrativa e fiscal, seja equipamentos, veículos e, também, recursos humanos. Daí, portanto, a necessidade de acatamento da presente emenda para fortalecer o município de Santa Leopoldina.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

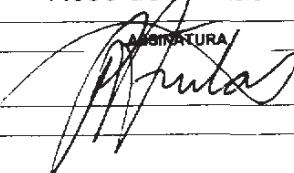
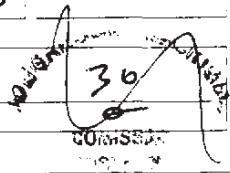
E.S

PMDB

DATA

12/7/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00009
PL 016/2005-CN
Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 16/ 2005 - CN

**PÁGINA
1 de 1**

TEXTO

Suplementar

Órgão: Operações Oficiais de Crédito - 74000

Unidade: Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - 74102

Funcional Programática :04.846.1172.0021.0001

Ação: Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – Nacional.

GND: 5 ; MD: 90 ; Valor R\$ 150.000,00

Cancelar

Órgão: Operações Oficiais de Crédito - 74000

Unidade: Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - 74102

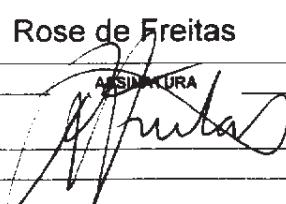
Funcional Programática :04.846.1172.0015.0001

Ação: Financiamento para modernização da Administração Fiscal dos Estados - Nacional

GND: 5 ; MD: 90 ; Valor R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Os municípios que, integram a Região Centro-Serrana do Estado do Espírito Santo carecem de modernização da gestão Administrativa e fiscal, seja equipamentos, veículos e, também, recursos humanos. Daí, portanto, a necessidade de acatamento da presente emenda para fortalecer o município de Santa Teresa.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
	Rose de Freitas		E.S	PMDB
DATA				
12/7/2005				

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00010

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 16/ 2005 - CN

PÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Operações Oficiais de Crédito - 74000

Unidade: Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - 74102

Funcional Programática :04.846.1172.0021.0001

Ação: Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – Nacional.

GND: 5 ; MD: 90 ; Valor R\$ 150.000,00

Cancelar

Órgão: Operações Oficiais de Crédito - 74000

Unidade: Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - 74102

Funcional Programática :04.846.1172.0015.0001

Ação: Financiamento para modernização da Administração Fiscal dos Estados - Nacional

GND: 5 ; MD: 90 ; Valor R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Os municípios que, integram a Região Centro-Serrana do Estado do Espírito Santo carecem de modernização da gestão Administrativa e fiscal, seja equipamentos, veículos e, também, recursos humanos. Daí, portanto, a necessidade de acatamento da presente emenda para fortalecer o município de Itaguaçu.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

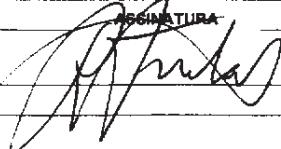
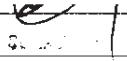
E.S

PMDB

DATA

12/7/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00011

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 16/ 2005 - CN

**PÁGINA
1 de 1**

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101

Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001

Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional

GND: 4 ; MD: 90 ;Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101

Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001

Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional

GND: 4 ; MD: 90 ;Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Espírito Santo possui municípios que têm no segmento artesanal uma importância econômica significativa. Esta emenda é importante ao município de Afonso Cláudio uma vez que irá estimular, ainda mais, o seu segmento artesanal que é fundamental para a sua economia além de permitir um melhor desenvolvimento social.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

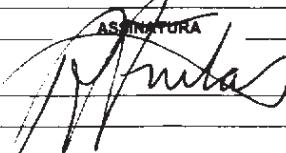
E.S

PMDB

DATA

12/7/2005

ASSINATURA



EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00012

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 16/ 2005 - CNPÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101

Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001

Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional

GND: 4 ; MD: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101

Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001

Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional

GND: 4 ; MD: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Espírito Santo possui municípios que têm no segmento artesanal uma importância econômica significativa. Esta emenda é importante ao município de Santa Tereza uma vez que irá estimular, ainda mais, o seu segmento artesanal que é fundamental para a sua economia além de permitir um melhor desenvolvimento social.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

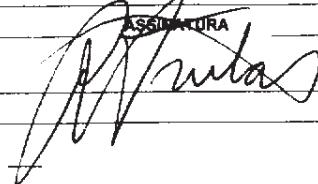
E.S

PMDB

DATA

12/7/2005

ASSINATURA



EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00013

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 16/ 2005 - CN

PÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101

Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001

Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional

GND: 4 ; MD: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101

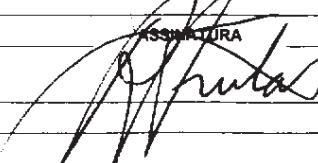
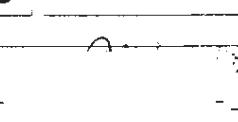
Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001

Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional

GND: 4 ; MD: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Espírito Santo possui municípios que têm no segmento artesanal uma importância econômica significativa. Esta emenda é importante ao município de Santa Leopoldina uma vez que irá estimular, ainda mais, o seu segmento artesanal que é fundamental para a sua economia além de permitir um melhor desenvolvimento social.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Rose de Freitas	E.S	PMDB
DATA	ASSINATURA		
12/7/2005			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00014

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 16/ 2005 - CN

**PÁGINA
1 de 1**

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101

Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001

Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional

GND: 4 ; MD: 90 ;Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101

Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001

Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional

GND: 4 ; MD: 90 ;Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Espírito Santo possui municípios que têm no segmento artesanal uma importância econômica significativa. Esta emenda é importante ao município de Santa Maria de Jetibá uma vez que irá estimular, ainda mais, o seu segmento artesanal que é fundamental para a sua economia além de permitir um melhor desenvolvimento social.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

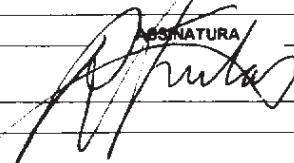
E.S

PMDB

DATA

12/7/2005

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00015**

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSOPROJETO DE LEI NÚI
PL Nº 16/ 2005 - CN

1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101

Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001

Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional

GND: 4 ; MD: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101

Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001

Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional

GND: 4 ; MD: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Espírito Santo possui municípios que têm no segmento artesanal uma importância econômica significativa. Esta emenda é importante ao município de Alto Rio Novo uma vez que irá estimular, ainda mais, o seu segmento artesanal que é fundamental para a sua economia além de permitir um melhor desenvolvimento social.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

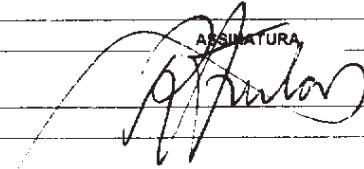
E.S

PMDB

DATA

12/7/2005

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00016

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

**PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 16/ 2005 - CN**

**PÁGINA
1 de 1**

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000
 Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101
 Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001
 Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional
 GND: 4 ; MD: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000
 Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101
 Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001
 Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional
 GND: 4 ; MD: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Espírito Santo possui municípios que têm no segmento artesanal uma importância econômica significativa. Esta emenda é importante ao município de Conceição do Castelo uma vez que irá estimular, ainda mais, o seu segmento artesanal que é fundamental para a sua economia além de permitir um melhor desenvolvimento social.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

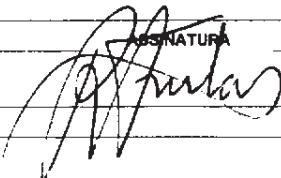
E.S

PMDB

DATA

12/7/2005

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00017

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

**PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 16/ 2005 - CN**

**PÁGINA
1 de 1**

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101

Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001

Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional

GND: 4 ; MD: 90 ;Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101

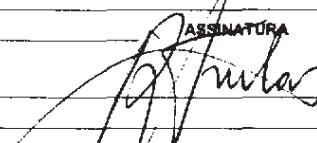
Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001

Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional

GND: 4 ; MD: 90 ;Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Espírito Santo possui municípios que têm no segmento artesanal uma importância econômica significativa. Esta emenda é importante ao município de Domingos Martins uma vez que irá estimular, ainda mais, o seu segmento artesanal que é fundamental para a sua economia além de permitir um melhor desenvolvimento social.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Rose de Freitas	E.S	PMDB
DATA	ASSINATURA		
12/7/2005		12/7/2005	

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 17/2005-CN
MENSAGEM
N.º 00069, de 2005 – CN
(Nº 0416/2005, na origem)**

Ementa: “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$ 41.816.719,00 (quarenta e um milhões, oitocentos e dezesseis mil, setecentos e dezenove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

**Índice de Emendas
PLN: 017/2005 EMENDA**

Total por Parlamentar

JOSÉ DIVINO		
00001		1
00006 a 00007		2
ROSE DE FREITAS		
00008 a 00016		9
WILSON SANTIAGO		
00002 a 00005		4
Total de Emendas:		16

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00001

PL 017/2005-CN

Mensagem 069/2005-CN

PÁGINA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN - 017-CN-2005

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR NO/PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - QUALIFICAÇÃO DE JOVENS PARA O SERVIÇO VOLUNTARIADO - NACIONAL..

SUPLEMENTAR:

ÓRGÃO: 38000

UNIDADE: 38101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.333.1329.4787.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR R\$ 15.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 38000

UNIDADE: 38101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.333.1329.4787.0001

VALOR R\$ 15.000.000,00

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

JUSTIFICAÇÃO

TEM A FINALIDADE ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIAS ENTIDADES SEDIADAS EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE RECUSOS FINANCEIROS PARA A QUALIFICAÇÃO E ASSISTENCIA TECNICA AO JOCVENS PARA O EMPREENDIMENTO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

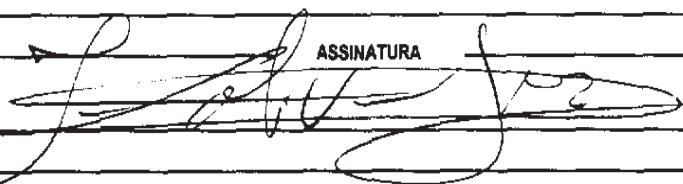
RJ

PMDB

DATA

18/7/2005

ASSINATURA



EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00002

PL 017/2005-CN

Mensagem 069/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN - 017-CN-2005

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - QUALIFICAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO JOVEM PARA O EMPREENDEDORISMO - NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 38000

UNIDADE: 38101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.333.1329.4789.0001

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR R\$ 15.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 38000

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.333.1329.4787.0001

VALOR R\$ 15.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS EM VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A QUALIFICAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO JOVEM PARA O EMPREENDEDORISMO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO WILSON SANTIAGO

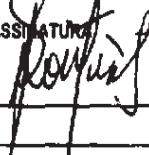
PB

PMDB

DATA

18/7/2005

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00003
PL 017/2005-CN**

Mensagem 069/2005-CN

AGINA

INSTRUÇÕES NO VERSO**PROJETO DE LEI
PLN - Nº 017-CN - 2005****01 DE 01****TEXTO**

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – QUALIFICAÇÃO DE JOVENS PARA O SERVIÇO VOLUNTARIADO - NACIONAL

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 38000

UNIDADE: 38101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.333.1329.4787.0001

GND: 3

MODALIDADE APLICAÇÃO: 50

VALOR R\$ 12.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 38000

UNIDADE: 38101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.333.1329.4787.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

GND: 3

VALOR R\$ 12.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM ESTA EMENDA, AJUDAR ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA AUXILIAR FINANCEIRAMENTE HABILITANDO ADOLESCENTES E JOVENS PARA A QUALIFICAÇÃO PARA O SERVIÇO VOLUNTARIADO, EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO**

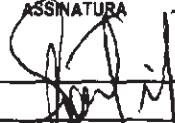
DEPUTADO WILSON SANTIAGO

PB

PMDB

DATA

19/7/2005

ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00004

PL 017/2005-CN

Mensagem 069/2005-CN

PROJETO DE LEI

PÁGINA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN - Nº 017-CN - 2005

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - CONCESSÃO DE AUXILIO FINANCEIROS A JOVENS HABILITADOS AO PRIMEIRO EMPREGO INSERIDOS NO SERVIÇO VOLUNTARIADO – NACIONAL

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 38000

UNIDADE: 38101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.333.1329.4788.0001

GND: 3

MODALIDADE APLICAÇÃO: 50

VALOR R\$ 12.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 38000

UNIDADE: 38101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.333.1329.4787.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

GND: 3

VALOR R\$ 12.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM ESTA EMENDA, AJUDAR ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA AUXILIAR FINANCEIRAMENTE HABILITANDO ADOLESCENTES E JOVENS PARA O PRIMEIRO EMPREGO, EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO WILSON SANTIAGO

PB

PMDB

DATA

19/7/2005

ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00005
PL 017/2005-CN

Mensagem 069/2005-CN

PÁGINA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN - 017-CN-2005

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - INSTALAÇÃO DE PROJEÇÕES SUBNACIONAIS DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - NACIONAL

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 33000

UNIDADE: 33101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 09.271.0087.3874.0001

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 15.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 33000

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.333.1329.4787.0001

VALOR R\$ 15.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIAS INSTALAÇÕES DE PROJEÇÕES SUBNACIONAIS DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO WILSON SANTIAGO

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

18/7/2005

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00006

PL 017/2005-CN

Mensagem 069/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN - 017-CN-2005

PÁGINA
01 **DE** 01

TEXTO

INCLUIA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – CONCESSÃO DE AUXILIO FINANCEIROS A JOVENS HABILITADOS AO PRIMEIRO EMPREGO INSERIDOS NO SERVIÇO VOLUNTARIADO - NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 3800

UNIDADE: 38101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.333.1329.4788.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

GND: 3

VALOR R\$ 15.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 38000

UNIDADE: 38101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.333.1329.4787.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

GND: 3

VALOR R\$ 15.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

ESTA EMENDA SE OBJETIVA DOTAR ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS EM NIVEL NACIONAL PÁRA AUXILIAR FINANCEIRAMENTE E HABILITAR JOVENS E ADOLESCENTES PARA O PRIMEIRO EMPREGO QUE SERÃO INSERIDOS NO SERVIÇO VOLUNTARIADO. COM ESTA EMENDA, PROCURO DAR MINHA CONTRIBUIÇÃO E AUXILIAR O PRESIDENTE LULA A COLOCAR EM PRÁTICA ESSE AMBICIOSO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE JOVENS ESPALHADOS POR ESSE IMENSO BRASIL.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

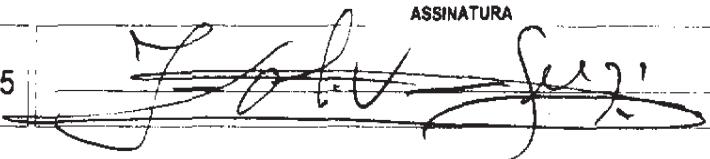
DEPUTADO JOSÉ DIVINO

RJ PMDB

DATA

ASSINATURA

19/07/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00007

PL 017/2005-CN

Mensagem 069/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

**PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN - 017-CN-2005**

**PÁGINA
01 DE 01**

TEXTO

INCLUI-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – QUALIFICAÇÃO DE JOVENS PARA O SERVIÇO VOLUNTARIADO - NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 3800

UNIDADE: 38101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.333.1329.4787.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

GND: 3

VALOR R\$ 15.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 38000

UNIDADE: 38101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.333.1329.4787.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

GND: 3

VALOR R\$ 15.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

ESTA EMENDA SE OBJETIVA DOTAR ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS EM NIVEL NACIONAL PÁRA AUXILIAR FINANCEIRAMENTE E HABILITAR JOVENS E ADOLESCENTES PARA O SERVIÇO VOLUNTARIADO. COM ESTA EMENDA, PROCURO DAR MINHA CONTRIBUIÇÃO E AUXILIAR O PRESIDENTE LULA A COLOCAR EM PRÁTICA ESSE AMBICIOSO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE JOVENS ESPALHADOS POR ESSE IMENSO BRASIL.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

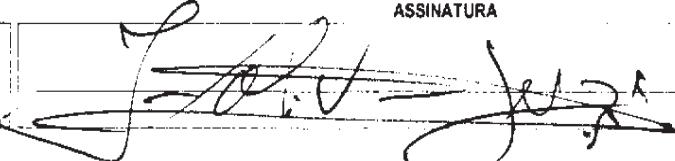
DEPUTADO JOSÉ DIVINO

RJ PMDB

DATA

ASSINATURA

19/07/2005



EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00008

PL 017/2005-CN

Mensagem 069/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PL Nº 17/2005 - CN

PÁGINA

01 de 01

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego – 38000

Unidade : Ministério do Trabalho e Emprego - 38101

Funcional Programática:11.333.1329.4787.0001

Ação: Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário - Nacional

GND: 3 ; MD: 50 ;Valor R\$ 80.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego – 38000

Unidade : Ministério do Trabalho e Emprego - 38101

Funcional Programática:11.333.1329.4787.0001

Ação: Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário - Nacional

GND: 3 ; MD: 50 ;Valor R\$ 80.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A qualificação de Jovens para o serviço voluntário é de fundamental importância para que este seja integrado ao mercado de trabalho. O seu aprendizado permite que este jovem se torne apto a concorrer no mercado de trabalho de forma justa. O Estado do Espírito Santo carece de jovens com uma melhor formação, ou seja, mais qualificado. Esta qualificação irá permitir um melhor desenvolvimento do município de Afonso Cláudio, situado no Estado do Espírito Santo, que possui um grande número de jovens apto para participarem deste programa.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

Rose de Freitas

UF

E.S

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA

20/7/2005

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00009

PL 017/2005-CN

Mensagem 069/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PL Nº 17/2005 - CN

PÁGINA

01 de 01

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego – 38000

Unidade : Ministério do Trabalho e Emprego - 38101

Funcional Programática:11.333.1329.4787.0001

Ação: Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário - Nacional

GND: 3 ; MD: 50 ; Valor R\$ 80.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego – 38000

Unidade : Ministério do Trabalho e Emprego - 38101

Funcional Programática:11.333.1329.4787.0001

Ação: Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário - Nacional

GND: 3 ; MD: 50 ; Valor R\$ 80.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A qualificação de Jovens para o serviço voluntário é de fundamental importância para que este seja integrado ao mercado de trabalho. O seu aprendizado permite que este jovem se torne apto a concorrer no mercado de trabalho de forma justa. O Estado do Espírito Santo carece de jovens com uma melhor formação, ou seja, mais qualificado. Esta qualificação irá permitir um melhor desenvolvimento do município de Alto Rio Novo, situado no Estado do Espírito Santo, que possui um grande número de jovens apto para participarem deste programa.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

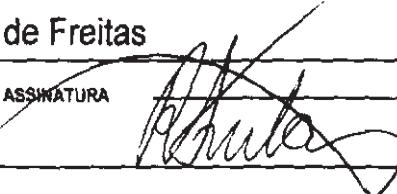
E.S

PMDB

DATA

20/7/2005

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00010

PL 017/2005-CN

Mensagem 069/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PL Nº 17/2005 - CN

PÁGINA

01 de 01

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego – 38000

Unidade : Ministério do Trabalho e Emprego - 38101

Funcional Programática:11.333.1329.4787.0001

Ação: Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário - Nacional

GND: 3 ; MD: 50 ;Valor R\$ 80.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego – 38000

Unidade : Ministério do Trabalho e Emprego - 38101

Funcional Programática:11.333.1329.4787.0001

Ação: Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário - Nacional

GND: 3 ; MD: 50 ;Valor R\$ 80.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A qualificação de Jovens para o serviço voluntário é de fundamental importância para que este seja integrado ao mercado de trabalho. O seu aprendizado permite que este jovem se torne apto a concorrer no mercado de trabalho de forma justa. O Estado do Espírito Santo carece de jovens com uma melhor formação, ou seja, mais qualificado. Esta qualificação irá permitir um melhor desenvolvimento do município de Boa Esperança, situado no Estado do Espírito Santo, que possui um grande número de jovens apto para participarem deste programa.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

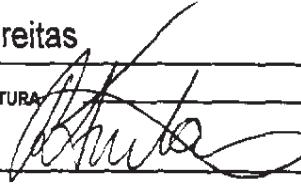
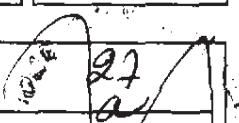
E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

20/7/2005

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00011

PL 017/2005-CN

Mensagem 069/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PL Nº 17/2005 - CN

PÁGINA
01 de 01

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego – 38000

Unidade : Ministério do Trabalho e Emprego - 38101

Funcional Programática:11.333.1329.4787.0001

Ação: Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário - Nacional

GND: 3 ; MD: 50 ;Valor R\$ 80.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego – 38000

Unidade : Ministério do Trabalho e Emprego - 38101

Funcional Programática:11.333.1329.4787.0001

Ação: Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário - Nacional

GND: 3 ; MD: 50 ;Valor R\$ 80.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A qualificação de Jovens para o serviço voluntário é de fundamental importância para que este seja integrado ao mercado de trabalho. O seu aprendizado permite que este jovem se torne apto a concorrer no mercado de trabalho de forma justa. O Estado do Espírito Santo carece de jovens com uma melhor formação, ou seja, mais qualificado. Esta qualificação irá permitir um melhor desenvolvimento do município de Brejetuba, situado no Estado do Espírito Santo, que possui um grande número de jovens apto para participarem deste programa.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

20/7/2005

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00012

PL 017/2005-CN

Mensagem 069/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PL Nº 17/2005 - CN

PÁGINA

01 de 01

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego – 38000

Unidade : Ministério do Trabalho e Emprego - 38101

Funcional Programática:11.333.1329.4787.0001

Ação: Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário - Nacional

GND: 3 ; MD: 50 ;Valor R\$ 80.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego – 38000

Unidade : Ministério do Trabalho e Emprego - 38101

Funcional Programática:11.333.1329.4787.0001

Ação: Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário - Nacional

GND: 3 ; MD: 50 ;Valor R\$ 80.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A qualificação de Jovens para o serviço voluntário é de fundamental importância para que este seja integrado ao mercado de trabalho. O seu aprendizado permite que este jovem se torne apto a concorrer no mercado de trabalho de forma justa. O Estado do Espírito Santo carece de jovens com uma melhor formação, ou seja, mais qualificado. Esta qualificação irá permitir um melhor desenvolvimento do município de Domingos Martins, situado no Estado do Espírito Santo, que possui um grande número de jovens apto para participarem deste programa.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

20/7/2005

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00013
PL 017/2005-CN
Mensagem 069/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PL Nº 17/2005 - CN

PÁGINA
01 de 01

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego – 38000
Unidade : Ministério do Trabalho e Emprego - 38101
Funcional Programática:11.333.1329.4787.0001
Ação: Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário - Nacional
GND: 3 ; MD: 50 ;Valor R\$ 80.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego – 38000
Unidade : Ministério do Trabalho e Emprego - 38101
Funcional Programática:11.333.1329.4787.0001
Ação: Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário - Nacional
GND: 3 ; MD: 50 ;Valor R\$ 80.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A qualificação de Jovens para o serviço voluntário é de fundamental importância para que este seja integrado ao mercado de trabalho. O seu aprendizado permite que este jovem se torne apto a concorrer no mercado de trabalho de forma justa. O Estado do Espírito Santo carece de jovens com uma melhor formação, ou seja, mais qualificado. Esta qualificação irá permitir um melhor desenvolvimento do município de Laranja da Terra, situado no Estado do Espírito Santo, que possui um grande número de jovens apto para participarem deste programa.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDb

DATA

ASSINATURA

20/7/2005

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00014

PL 017/2005-CN

Mensagem 069/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PL Nº 17/2005 - CNPÁGINA
01 de 01

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego – 38000

Unidade : Ministério do Trabalho e Emprego - 38101

Funcional Programática:11.333.1329.4787.0001

Ação: Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário - Nacional

GND: 3 ; MD: 50 ; Valor R\$ 80.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego – 38000

Unidade : Ministério do Trabalho e Emprego - 38101

Funcional Programática:11.333.1329.4787.0001

Ação: Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário - Nacional

GND: 3 ; MD: 50 ; Valor R\$ 80.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A qualificação de Jovens para o serviço voluntário é de fundamental importância para que este seja integrado ao mercado de trabalho. O seu aprendizado permite que este jovem se torne apto a concorrer no mercado de trabalho de forma justa. O Estado do Espírito Santo carece de jovens com uma melhor formação, ou seja, mais qualificado. Esta qualificação irá permitir um melhor desenvolvimento do município de Muniz Freire situado no Estado do Espírito Santo, que possui um grande número de jovens apto para participarem deste programa.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

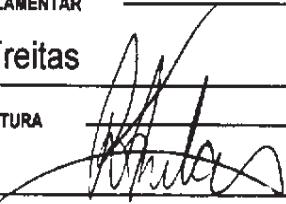
E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

20/7/2005



EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00015

PL 017/2005-CN

Mensagem 069/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PL Nº 17/2005 - CN

PÁGINA

01 de 01

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego – 38000

Unidade : Ministério do Trabalho e Emprego - 38101

Funcional Programática:11.333.1329.4787.0001

Ação: Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário - Nacional

GND: 3 ; MD: 50 ; Valor R\$ 80.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego – 38000

Unidade : Ministério do Trabalho e Emprego - 38101

Funcional Programática:11.333.1329.4787.0001

Ação: Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário - Nacional

GND: 3 ; MD: 50 ; Valor R\$ 80.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A qualificação de Jovens para o serviço voluntário é de fundamental importância para que este seja integrado ao mercado de trabalho. O seu aprendizado permite que este jovem se torne apto a concorrer no mercado de trabalho de forma justa. O Estado do Espírito Santo carece de jovens com uma melhor formação, ou seja, mais qualificado. Esta qualificação irá permitir um melhor desenvolvimento do município de Santa Maria do Jetiba situado no Estado do Espírito Santo, que possui um grande número de jovens apto para participarem deste programa.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

20/7/2005

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00016

PL 017/2005-CN

Mensagem 069/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

**PROJETO DE LEI
PL Nº 17/2005 - CN**

**PÁGINA
01 de 01**

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego – 38000

Unidade : Ministério do Trabalho e Emprego - 38101

Funcional Programática:11.333.1329.4787.0001

Ação: Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário - Nacional

GND: 3 ; MD: 50 ;Valor R\$ 80.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego – 38000

Unidade : Ministério do Trabalho e Emprego - 38101

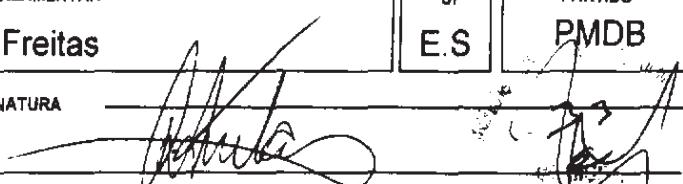
Funcional Programática:11.333.1329.4787.0001

Ação: Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário - Nacional

GND: 3 ; MD: 50 ;Valor R\$ 80.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A qualificação de Jovens para o serviço voluntário é de fundamental importância para que este seja integrado ao mercado de trabalho. O seu aprendizado permite que este jovem se torne apto a concorrer no mercado de trabalho de forma justa. O Estado do Espírito Santo carece de jovens com uma melhor formação, ou seja, mais qualificado. Esta qualificação irá permitir um melhor desenvolvimento do município de Venda Nova do Imigrante situado no Estado do Espírito Santo, que possui um grande número de jovens apto para participarem deste programa.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
	Rose de Freitas		E.S	PMDB
DATA	ASSINATURA			
20/7/2005				

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 18/2005-CN**

**MENSAGEM
N.º 00070, de 2005 – CN
(Nº 0417/2005, na origem)**

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de R\$ 254.200.000,00 (duzentos e cinqüenta e quatro milhões e duzentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

**Índice de Emendas
PLN: 018/2005 EMENDA**

Total por Parlamentar

JOSÉ DIVINO

00001

1

WILSON SANTIAGO

00002

1

Total de Emendas: 2

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00001****PL 018/2005-CN****Mensagem 070/2005-CN**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PLN - 018-CN-2005	01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR NO/PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - CONTRIBUIÇÃO A ORGANISMO NÃO GOVERNAMENTAL- NACIONAL..

SUPLEMENTAR:**ÓRGÃO:** 35000**UNIDADE:** 35101**FUNCIONAL PROGRAMATICA:** 07.212.0681.0871.0001**MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 50**VALOR R\$ 3.000.000,00****CANCELAMENTO:****ÓRGÃO:** 35000**UNIDADE:** 345101**FUNCIONAL PROGRAMATICA:** 07.212.0681.0128.0001**VALOR R\$ 3.000.000,00****MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 80

JUSTIFICAÇÃO

TEM A FINALIDADE ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIAS ENTIDADES SEDIADAS EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE RECUSOS FINANCEIROS PARA A QUALIFICAÇÃO E ASSISTENCIA TECNICA AO JOVENS PARA O EMPREENDIMENTO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
	DEPUTADO JOSÉ DIVINO		RJ	PMDB
DATA	ASSINATURA			
18/7/2005				

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00002****PL 018/2005-CN**

Mensagem 070/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO**PROJETO DE LEI****PÁGINA**
01 DE 01**TEXTO**

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - CONTRIBUIÇÃO A OUTROS ORGANISMO INTERNACIONAL- NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 35000

UNIDADE: 35101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 07.212.0681.0871.0001

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 80

VALOR R\$ 15.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 35000

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 80

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.333.1329.4787.0001

VALOR R\$ 15.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS EM VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O ATENDIMENTO A POPULAÇÃO CARENTE.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO**

DEPUTADO WILSON SANTIAGO

PB

PMDB

DATA

18/7/2005

ASSINATURA

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte do mês de julho de dois mil e cinco, quarta-feira, às nove horas, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Total nº 13 , de 2005**, aposto ao PLS 371/2004 (nº 4.845/2005, na CD), que "Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal do Senado Federal", com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Romeu Tuma, Alberto Silva e Valmir Amaral, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 20 de julho de 2005.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 108 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e o Ato da Comissão Diretora nº 4, de 2005 combinados ao art. 3º do Ato do Diretor-Geral nº 1610, de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para condução do Inquérito Policial nº 003/2005, os Policiais do Senado Federal Everaldo Bosco Rosa Filho, Matr. 52398, na qualidade de Presidente; Roberto Campos Freire, Matr. 49715, Escrivão *ad hoc*, Danilo Rurik Periquito Sad, Matr. 50468 e Newton de Souza Rodrigues, Matr. 44286, na qualidade de agentes cartorários.

Art. 2º Serão observados, no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Distrito Federal, no que lhe forem aplicáveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com prazos previstos no Código de Processo Penal para conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 22 de julho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3091 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE designar a servidora SEVERINA MENDES, matrícula 19103, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 13 de julho de 2005.

Senado Federal, 20 de julho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3092 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE designar a servidora CECILIA TEIXEIRA A. CONCEIÇÃO, matrícula 18743, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 13 de julho de 2005.

Senado Federal, 20 de julho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

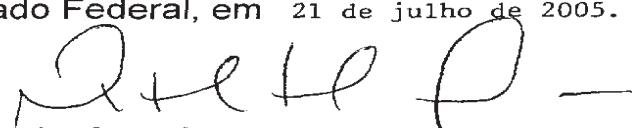
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3093 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Nomear **HENRIQUE GUIMARÃES MOTA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar – AP-2, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 21 de julho de 2005.



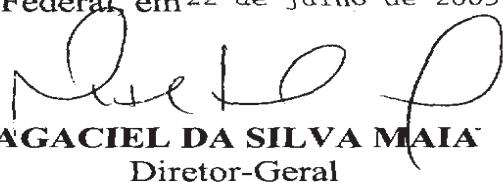
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3094 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e dos Processos ns. **011531/05-3 e 011532/05-0**,

R E S O L V E alterar, a partir de 1º de agosto de 2005, o cargo, em comissão, do servidor **VANDERLI FERNANDES DUTRA**, matrícula n.º 170565, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assessor Técnico e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador Delcídio Amaral para o Gabinete do Senador Juvêncio da Fonseca.

Senado Federal em 22 de julho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3095 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011.503/05-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANDRÉ LEITE CABRAL**, matrícula n.º 180911, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 22 de julho de 2005.



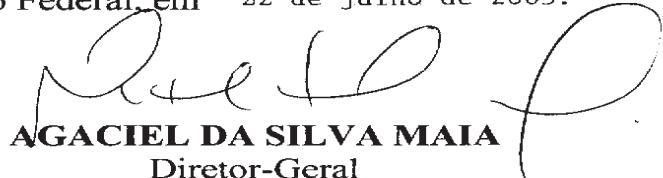
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3096 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011414/05-7**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CLÁUDIO DENIZ MILAN IGNÁCIO**, matrícula n.º 144633, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Primeira Vice-Presidência, a partir de 15 de julho de 2005.

Senado Federal, em 22 de julho de 2005.



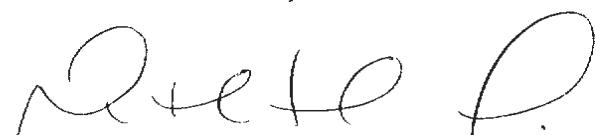
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3097 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011479/05-1,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2971, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3271, de 08/07/2005, que nomeou **HUGO LEONARDO SOUZA LUZ SANTOS**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 22 de julho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3098 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009649/05-0,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2592, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3257, de 20/06/2005, que nomeou **MARCELO VIEIRA DA SILVA DIAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 22 de julho de 2005.



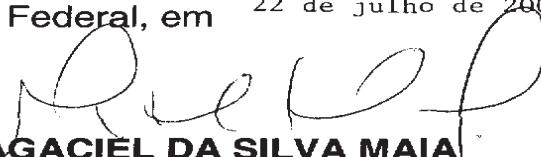
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3099 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs 009649/05-0 e 011485/05-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELO VIEIRA DA SILVA DIAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flexa Ribeiro.

Senado Federal, em 22 de julho de 2005.

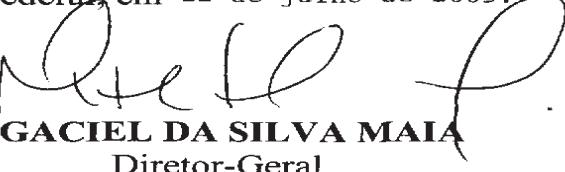

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3100 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011.502/05-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **BENTILHO JORGE DA SILVA FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 22 de julho de 2005.

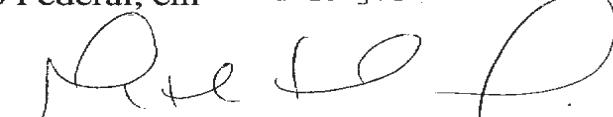

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3101 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008440/05-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZ OTAVIO CALDEIRA PAIVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Senado Federal, em 22 de julho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3102 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011445/05-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TARIANA GUEDES HACKRADT** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Fernando Bezerra.

Senado Federal, em 22 de julho de 2005.



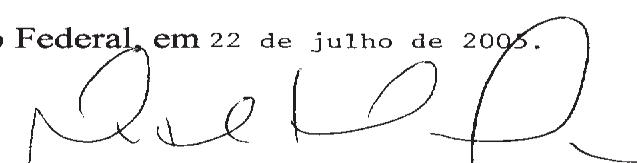
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3103 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011462/05-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JULIANA CARNEVALLI PEREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres.

Senado Federal, em 22 de julho de 2005.



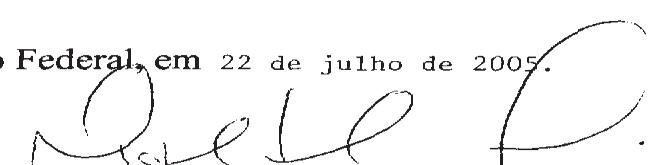
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3104 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011453/05-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JALSER RENIER PADILHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 22 de julho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3105 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 011002/05-0,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea “a”, da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a MP nº 167, de 20/02/2004, conceder pensão vitalícia a MARIA JOSÉ DOS REIS QUEIROZ, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento), da remuneração que percebia o ex-servidor RAIMUNDO DE SOUSA QUEIROZ, matrícula 26843-ERGON, a partir da data do óbito, 29/06/2005.

Senado Federal, 22 de julho de 2005.

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3106 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Nomear **JOSÉ ELIAS MACIEL DE BARROS**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar – AP-2, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 22 de julho de 2005.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA		
PFL	Rodolpho Tourinho	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Antonio Carlos Magalhães	PMDB	Mão Santa
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
		PMDB	Garibaldi Alves Filho
		PFL	José Agripino
			RIO GRANDE DO NORTE
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	Jorge Bornhausen
PL	Marcelo Crivella	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Sérgio Cabral	PSDB	Leonel Pavan
		P - SOL	Heloísa Helena
		PMDB	Renan Calheiros
		PSDB	Teotônio Vilela Filho
			SANTA CATARINA
PMDB	Antonio Leite	PFL	Maria do Carmo Alves
PFL	Edison Lobão	PSDB	Almeida Lima
PFL	Roseana Sarney	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
		PMDB	Gilberto Mestrinho
		PSDB	Arthur Virgílio
		PDT	Jefferson Peres
			ALAGOAS
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Alvaro Dias
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	BLOCO - PT	Flávio Arns
PSDB	Flexa Ribeiro	PDT	Osmar Dias
		BLOCO - PT	Tião Viana
		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
		BLOCO - PT	Sibá Machado
		PDT	Juvêncio da Fonseca
		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
		PMDB	Ramez Tebet
			DISTRITO FEDERAL
		PMDB	Valmir Amaral
		BLOCO - PT	Cristovam Buarque
		PFL	Paulo Octávio
		PSDB	Eduardo Siqueira Campos
		BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
		PMDB	Leomar Quintanilha
		PMDB	José Sarney
		BLOCO - PSB	João Capiberibe
		PMDB	Papaléo Paes
		PMD	Rondônia
		BLOCO - PT	Amir Lando
		PMDB	Fátima Cleide
		PTB	Valdir Raupp
		PDT	Roraima
		PMDB	Mozarildo Cavalcanti
			Augusto Botelho
			Wirlande da Luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos

Telefone 3111856 Fax: 3114646

E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995 **3^a Eleição Geral:** 27.06.2001

2^a Eleição Geral: 30.06.1999 **4^a Eleição Geral:** 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP) 2051					

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9^a Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpem@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

**Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

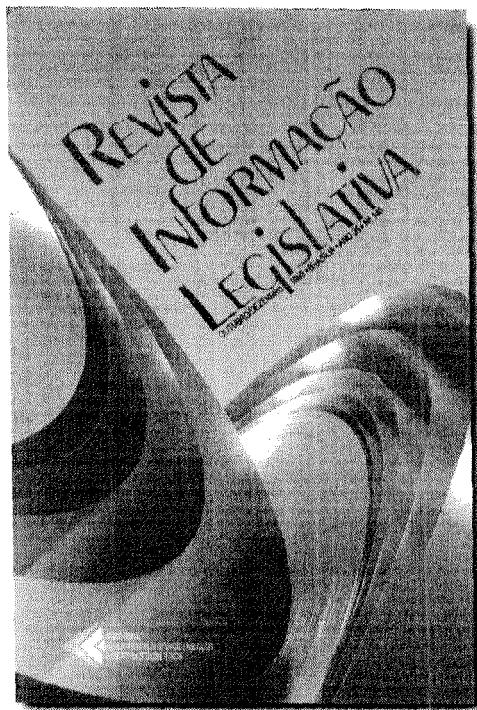
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141^a edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição comprehende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 126 PÁGINAS